PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MATHEUS ALMEIDA DE SOUZA CUNHA

REVOLUÇÃO CIDADÃ E RELAÇÕES SINO-EQUATORIANAS: ENTRE PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO E RISCOS DE DEPENDÊNCIA (2007-2017)

GOIÂNIA
2024

MATHEUS ALMEIDA DE SOUZA CUNHA

REVOLUÇÃO CIDADÃ E RELAÇÕES SINO-EQUATORIANAS: ENTRE PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO E RISCOS DE DEPENDÊNCIA (2007-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

GOIÂNIA

2024

Cunha, Matheus Almeida de Souza. 2024.

Revolução Cidadã e relações sino-equatorianas: entre promessas de desenvolvimento e riscos de dependência (2007-2017) / Matheus Almeida de Souza Cunha – Goiânia, 2024.
Total de folhas: 74 f. il.

Orientador: Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2024.

1. Equador 2. China 3. Sistema-mundo 4. Dependência 5. Financiamento. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Revolução Cidadã e relações sino-equatorianas: entre promessas de desenvolvimento e riscos de dependência (2007-2017)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MATHEUS ALMEIDA DE SOUZA CUNHA

REVOLUÇÃO CIDADÃ E RELAÇÕES SINO-EQUATORIANAS: ENTRE PROMESSAS DE DESENVOLVIMENTO E RISCOS DE DEPENDÊNCIA (2007-2017)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado

Aprovada em 06 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof. Me. Giovanni Hideki Chinaglia Okado (Orientador – PUC Goiás)

_____
Prof. Dr. Pedro Araújo Pietrafesa (PUC GOIÁS)

_____
Prof. Dr. Danillo Alarcon (PUC GOIÁS)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha sincera gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de pesquisa que recebi durante um ano de Iniciação Científica (IC). Essa oportunidade foi essencial para meu crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelo suporte inestimável ao longo dos quatro anos de minha graduação. Destaco, com carinho, os dedicados docentes que me ensinaram os fundamentos, conteúdos e caminhos das Relações Internacionais. Entre eles, ressalto os professores Giovanni Okado e Pedro Pietrafesa, que desempenharam papéis cruciais como orientadores de meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de minha Iniciação Científica, respectivamente. Além disso, registro meu apreço pelos professores Danillo Alarcon, Leandro Borges, Guilherme Carvalho, Diego Magalhães e Renzo Nery, cuja contribuição foi igualmente marcante em minha trajetória.

Não poderia deixar de dedicar um agradecimento especial às pessoas que são a base de tudo o que sou: minha família. À minha mãe, Alessandra de Almeida, e à minha avó, Terezinha Julia de Almeida Souza, que tornaram possível a realização desse sonho da graduação, meu amor e reconhecimento eternos. Ao meu avô, José Mateus de Souza, às minhas tias, Aline de Almeida, Adriana de Almeida e Yara Lúcia Ramos Borges, e a todos os outros familiares que me apoiaram antes e durante essa etapa da minha vida, minha gratidão infinita. Espero, um dia, conseguir retribuir o que todos vocês fizeram por mim.

Sou imensamente grato aos meus amigos, tanto aqueles que estiveram ao meu lado por um tempo quanto os que permaneceram até o final dessa jornada. Entre todos, dedico um agradecimento especial à minha amiga Ana Carolina Simões e Rosinha Júlia de Almeida, que me acompanharam durante toda a graduação e, por fim, à minha querida Geovanna Soares, cuja presença iluminou meus dias e transformou as batidas do meu coração. A leveza, o apoio e o companheirismo de vocês tornaram os momentos difíceis muito melhores.

.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo central examinar as influências e os resultados das políticas externas de crédito e investimento implementadas durante os governos de Rafael Correa, avaliando a hipótese de que a relação do Equador com a China aprofunda sua condição de dependência periférica. Para alcançar tal objetivo, realiza-se um estudo de caso focado no Equador durante os governos Correa, fundamentado na Teoria do Sistema-Mundo (TSM) de Immanuel Wallerstein, com vistas a compreender os efeitos da mudança na política financeira no período de 2007 a 2017. O estudo aborda os fundamentos teóricos da Teoria Marxista e da TSM, que estabelecem a base conceitual para a análise. Essas teorias compreendem o sistema capitalista como sendo socialmente construído ao longo da história e um espaço onde formas de exploração e dominação se manifestam, tanto nas relações entre classes sociais quanto nas relações entre Estados. Diante disso, o estudo aprofunda a análise dos contextos materiais e históricos dos países envolvidos. O Equador é caracterizado como um país periférico, dependente de capital externo e buscando diversificação financeira, enquanto a China, embora seja um país semiperiférico, exerce um papel de centro na América Latina. Por fim, analisa-se os empréstimos e investimentos chineses, bem como seus impactos sobre o Equador, analisando contratos estabelecidos, valores investidos e setores contemplados, além dos dados macroeconômicos equatorianos durante os governos de Correa. A investigação conclui que os governos de Correa alcançaram avanços significativos em áreas como educação, saúde e infraestrutura, refletidos em indicadores positivos, como o crescimento do PIB, a redução da inflação e a diminuição do desemprego. Entretanto, esses resultados não se traduziram em uma melhoria na posição do país no sistema-mundo, pois os dados comerciais, principalmente, demonstram permanência da dependência estrutural, reforçando a divisão internacional do trabalho. O financiamento chinês não apenas mantém, mas também reforça a dependência econômica do Equador, configurando uma nova forma de dependência no âmbito do sistema internacional. Este trabalho contribui para a discussão ao analisar o papel da China como um novo credor internacional e explorar as possibilidades disponíveis para países periféricos, carentes de capital externo, no contexto do sistema-mundo.

Palavras-chave: Equador; China; sistema-mundo; dependência; financiamento.

ABSTRACT

This study aims to examine the influences and outcomes of the external credit and investment policies implemented during the governments of Rafael Correa, evaluating the hypothesis that Ecuador's relationship with China deepens its condition of peripheral dependency. To achieve this objective, a case study focused on Ecuador during Correa's governments is carried out, based on Immanuel Wallerstein's World-Systems Theory (WST), with the purpose of understanding the effects of the changes in financial policy during the period from 2007 to 2017. The study addresses the theoretical foundations of Marxist Theory and WST, which establish the conceptual basis for the analysis. These theories understand the capitalist system as socially constructed throughout history and as a space where forms of exploitation and domination are manifested, both in the relationships between social classes and in the relationships between states. In this context, the study deepens the analysis of the material and historical circumstances of the countries involved. Ecuador is characterized as a peripheral country, dependent on external capital and seeking financial diversification, while China, although considered a semiperipheral country, plays a central role in Latin America. Finally, the study examines Chinese loans and investments, as well as their impacts on Ecuador, analyzing established contracts, invested amounts, and targeted sectors, alongside Ecuadorian macroeconomic data during Correa's governments. The investigation concludes that the governments of Correa achieved significant advances in areas such as education, health, and infrastructure, reflected in positive indicators such as GDP growth, reduced inflation, and decreased unemployment. However, these results did not translate into an improvement in the country's position within the world-system, as commercial data demonstrates the persistence of structural dependency, reinforcing the international division of labor. Chinese financing not only sustains but also reinforces Ecuador's economic dependency, establishing a new form of dependency within the international system. This work contributes to the discussion by analyzing China's role as a new international creditor and exploring the possibilities available to peripheral countries, lacking external capital, within the framework of the world-system.

Key Words: Ecuador; China; world-system; dependency; financing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Investimentos das empresas estatais chinesas no Equador por setores 50
Figura 2 - Crescimento anual do PIB do Equador de 2006 a 2017 (em porcentagem) 51
Figura 3 - Crescimento do PIB por setores da economia do Equador (2007-2017) 52
Figura 4 - PIB per capita do Equador, em milhares de dólares (2004-2018) 52
Figura 5 - Balança comercial do Equador no relacionamento com a China de 2008 a 2016 54
Figura 6 - Índice de Produtividade Industrial do Equador de 2007 a 2017 55
Figura 7 - Saldo das contas corrente, de capital e financeira do Equador durante governos de Rafael Correa (2007-2017) 56
Figura 8 - Entrada de Investimento Externo Direto no Equador de 2007 a 2017 (em porcentagem do PIB) 57
Figura 9 - Dívida Pública do Equador de 2000 a 2017 (em porcentagem do PIB) 57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empréstimos chineses ao Equador durante os governos de Rafael Correa (2010-2017) 44
Tabela 2 - Investimentos de empresas estatais chinesas ao Equador durante governo de Rafael Correa (2010-2016) 49
Tabela 3 - Dívida Bilateral do Equador em dezembro de 2017 58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM - Banco Mundial

FMI - Fundo Monetário Internacional

TSM - Teoria do Sistema-Mundo

RI - Relações Internacionais

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

OEC - Observatory of Economic Complexity

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

ICBC Industrial and Commercial Bank of China

CCB - China Construction Bank

BOC - Bank of China

ABC - Agricultural Bank of China

CDB - China Development Bank

Chexim - Export-Import Bank of China

OMC - Organização Mundial do Comércio

IED - Investimentos Externos Diretos

OI - Organização Internacional

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WTI - West Texas Intermediate

BCE - Banco Central do Equador

AEI - American Enterprise Institute

CRCC - China Railway Construction Corp.

PIB - Produto Interno Bruto

IPI - Industrial Production Index

CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11
1 MARXISMO E A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO: BASES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 14
1.1 MARXISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 14
1.2 A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO 19
1.2.1 O conceito de geocultura 22
1.2.2 Economias e posicionamentos internacionais de Equador e China 24
1.2.3 Estudos anteriores e proposta 26
2 CONVERGÊNCIA DE CONTEXTOS: FATORES HISTÓRICOS E MATERIAIS NA APROXIMAÇÃO FINANCEIRA ENTRE CHINA E EQUADOR 29
2.1 A CHINA NA AMÉRICA LATINA: SISTEMA FINANCEIRO, POLÍTICA DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS 29
2.2 ANTECEDENTES DE RAFAEL CORREA E A REVOLUÇÃO CIDADÃ: UMA NOVA PROPOSTA DE GOVERNANÇA NO EQUADOR 35
3 EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS CHINESES NO GOVERNO RAFAEL CORREA: IMPACTOS NA ECONOMIA EQUATORIANA 43
3.1 EMPRÉSTIMOS DE INVESTIMENTOS RECEBIDOS NOS GOVERNOS CORREA 43
3.2 IMPACTOS DOS EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS PARA O EQUADOR 51
CONCLUSÃO..... 62
REFERÊNCIAS..... 67

INTRODUÇÃO

No dia 15 de janeiro de 2007, Rafael Correa assumiu a presidência do Equador, anunciando a Revolução Cidadã, um movimento voltado para transformar o sistema político, econômico e social. Em seu discurso de posse, destacou eixos como a Revolução Constitucional, a Luta contra a Corrupção, a Revolução Econômica, os avanços na Educação e Saúde, e o Resgate da Dignidade e Integração Latino-americana (Correa, 2007). Dentre esses eixos, a política econômica recebe especial atenção nesta monografia.

Correa criticou o modelo neoliberal predominante na América Latina, responsabilizando-o pela desigualdade, desemprego e perda de soberania. Como alternativa, propôs políticas econômicas soberanas, planejamento estatal e ações coletivas. Entre suas propostas, destacam-se a limitação do endividamento a projetos produtivos, a criação de um Tribunal Internacional de Arbitragem para avaliar dívidas ilegítimas e a defesa de compensações por serviços ambientais da Amazônia (Correa, 2007). Sua visão de economia internacional, marcada por críticas ao modelo neoliberal e às organizações financeiras globais, é particularmente relevante ao ser analisada no contexto da diversificação financeira pós-crise de 2008, quando novas possibilidades surgiram para países em desenvolvimento.

O crescimento das atividades dos mercados financeiros internacionais ampliou a gama de atores capazes de fornecer empréstimos a países (Romminger, 2004). Assim, embora o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) mantenham certa predominância, os Estados dispõem de alternativas para obter os créditos necessários ao desenvolvimento. Nesse contexto, os bancos comerciais e políticos da China emergiram como importantes provedores de financiamento e investidores na América Latina e no Caribe, movimento que se intensificou especialmente após a publicação, em 2008, do primeiro Livro Branco da política externa chinesa para a região.

A história recente do Equador é um caso interessante neste contexto de mudança de escolha das instituições financeiras credoras de empréstimos, uma vez que a aproximação com a China nos governos de Rafael Correa (2007-2017) destoa com a orientação das administrações equatorianas anteriores, marcadas por estratégias neoliberais e proximidade com as instituições financeiras internacionais tradicionais, o que gerou dinâmicas distintas (Menon e Iglecias, 2022). O Equador é o terceiro país que mais obteve empréstimos chineses na América Latina (The Dialogue, 2023), sendo que grande parte desses créditos foram obtidos durante a administração Correa. Portanto, compreender o caso equatoriano oferece reflexões relevantes para os demais países subdesenvolvidos em suas relações financeiras internacionais.

Diante do fenômeno de diversificação dos canais de crédito, esta monografia tem, como objetivo principal, analisar as influências e resultados das políticas externas de crédito e investimento adotadas durante os governos de Rafael Correa à luz da Teoria do Sistema-Mundo (TSM), de Immanuel Wallerstein. Essa teoria aborda as Relações Internacionais por meio da divisão do Sistema Internacional em centro, semiperiferia e periferia (Wallerstein, 2006). Já os objetivos específicos são: identificar o contexto financeiro equatoriano e mundial que antecedeu os governos de Rafael Correa; levantar os principais investimentos e empréstimos chineses no Equador; analisar os resultados econômicos equatorianos durante os governos Correa e a sua aproximação com a China; comparar os objetivos da Revolução Cidadã com os resultados econômicos derivados do relacionamento financeiro com a China; e detectar se o relacionamento entre os países pode ser definido como centro-periferia em que uma nova dependência foi constituída.

A metodologia empregada é a análise qualitativa baseada em estudo de caso. Conforme Silva (2018), os estudos qualitativos têm como propósito examinar os efeitos de causas específicas, permitindo, assim, a explicação de casos individuais. O objetivo principal desse tipo de pesquisa é compreender as causas dos resultados observados em casos selecionados, fundamentando-se no debate teórico. Os estudos de caso, por sua vez, constituem estratégias metodológicas voltadas para a investigação empírica aprofundada de um número reduzido de fenômenos sociais, buscando identificar suas características por meio da formulação de explicações teóricas. A definição do caso a ser analisado decorre do enfoque teórico adotado no trabalho (Silva, 2018).

Para a análise, foram utilizadas fontes como: obras e discursos de Rafael Correa; dados sobre os empréstimos e investimentos chineses, incluindo os termos gerais dos contratos, obtidos em estudos de instituições como *AidData* e *The Dialogue*; dados macroeconômicos do Equador, extraídos de documentos oficiais e bases de dados, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Esses dados, do período de 2007 a 2017, incluem: o crescimento anual do PIB e do PIB Setorial; o PIB per capita; os produtos exportados e importados, além de seus destinos; a balança comercial geral e com a China; o índice de Produção Industrial; a exportação de bens de alta tecnologia; a balança de pagamentos; a entrada de Investimento Externo Direto no Equador; a dívida externa; e as taxas de desemprego e de inflação. Além disso, analisou-se a política ambiental do país. Essas informações são relevantes para compreender o relacionamento financeiro entre os países e suas consequências econômicas equatorianas.

Assim, a escolha do caso tem a motivação de explicar a atuação do Equador no sistema financeiro internacional durante os governos Correa, no qual preferiu instituições chinesas para

recebimento de empréstimos ao invés de organizações internacionais, com o enfoque em investigar a dependência econômica equatoriana. Os pressupostos teóricos de Wallerstein subsidiam a pesquisa, orientando as avaliações do desempenho econômico do país.

A pergunta a ser respondida é: “Quais foram as consequências da política financeira internacional adotada pelo Equador durante os governos de Rafael Correa para sua posição de país periférico do sistema-mundo?”. Ademais, a hipótese principal a ser investigada é que o relacionamento com a China, atuando como credora internacional por meio da concessão de empréstimos e investimentos ao Equador, reforça a dependência externa equatoriana.

Esta monografia possui a seguinte estrutura: no primeiro capítulo, é realizada as explicações dos pressupostos teóricos da Teoria Marxista de Relações Internacionais e da Teoria do Sistema-Mundo, abordando o posicionamento de China e Equador no sistema-mundo. No segundo capítulo, discute-se cada um dos dois atores individualmente, destacando, sobre a China, o seu sistema financeiro, modelos de empréstimo e a atuação na América Latina, e, sobre o Equador, os antecedentes e a proposta dos governos de Rafael Correa. Por fim, no terceiro capítulo, apresenta-se os investimentos e empréstimos entre os dois países, com análises dos projetos e consequências macroeconômicas equatorianas a fim de compreender se houve o reforço da posição periférica do país latino.

1 MARXISMO E A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO: BASES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este primeiro capítulo possui o intuito de explicar a abordagem teórica que orienta o estudo das relações financeiras entre China e Equador durante os governos de Rafael Correa (2007-2017). Na primeira seção, é explorada a influência do marxismo nos debates de Relações Internacionais (RI), destacando a relevância do materialismo histórico. São abordados seus pontos centrais, como a determinação material e histórica dos fenômenos sociais, a centralidade das classes na política e a concepção de revolução ou conflito. Em seguida, é discutida a aplicação dessas ideias ao entendimento do Estado, do sistema interestatal, das estruturas de dominação e do imperialismo, além de se examinar a globalização como um processo de universalização do capitalismo.

Na segunda seção, a análise é expandida ao incorporar a Teoria do Sistema-Mundo (TSM), articulando a influência de correntes como o marxismo, o grupo de Annales e os estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). A ênfase localiza-se na ideia de "sistemas sociais históricos" e no estudo da economia-mundo como estrutura central nas Relações Internacionais contemporâneas. Investiga-se a relação entre centro e periferia, o papel dos Estados no sistema internacional e o conceito de geocultura. Ademais, são examinados os papéis desempenhados por China e Equador no sistema-mundo, seguindo a perspectiva de Immanuel Wallerstein (2006), e, por fim, estudos anteriores existentes acerca da relação financeira entre esses dois países, a fim de expor a proposta deste trabalho e sua contribuição às Relações Internacionais.

1.1 MARXISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nesta subseção, o objetivo é discutir os princípios gerais do Marxismo, destacando os elementos comuns entre as abordagens marxistas no estudo das Relações Internacionais, assim como sua relevância e limitações nas análises globais. Como teoria de RI, o Marxismo não participou dos primeiros grandes debates[1], mas ganhou maior destaque a partir dos anos 1970, influenciando o desenvolvimento de várias correntes teóricas, como a Teoria Crítica e a Teoria do Sistema-Mundo (Rubert, 2007).

[1] Os primeiros grandes debates de Relações Internacionais foram discussões teóricas acerca de questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas do campo das Relações Internacionais, envolvendo teorias, como: Realismo, Liberalismo, Tradicionalismo e Behaviorismo (Nogueira e Messari, 2005).

Embora haja diversas teorias de RI de influência marxista e que possuam diferenças entre elas, é possível descrever fatores que elas têm em comum, com destaque para os pontos fundamentais da teoria de Karl Marx. Segundo Fred Halliday (2007), quatro princípios são definidores dessa corrente teórica. O primeiro é a determinação material, ou seja, Marx analisava a sociedade como sendo uma totalidade e ela tem a produção econômica como a atividade central (estrutura controle) e influenciadora das outras questões analíticas (Rubert, 2007). O material é definido a partir do nível de produção, ou estágio de desenvolvimento das forças de produção, e as relações de produção, constituídas a partir dos sistemas de propriedade e controle efetivo da propriedade das forças produtivas. A partir dessa visão, detecta-se que ideias, instituições e eventos devem ser entendidos diante da relação com a totalidade e com as formas de determinação material, não em um contexto isolado ou abstraído do modo de produção, que é formada pelas forças e relações de produção (Halliday, 2007).

O segundo princípio marxista é a determinação histórica, que se refere à defesa de que uma sociedade só pode ser percebida em seu contexto histórico, sendo importante analisar como se constitui o objeto de estudo em seus eventos passados (Halliday, 2007). Segundo essa premissa, a realidade é um produto social construído pelo próprio homem, um ser histórico, não havendo possibilidade de desvinculá-lo do contexto em que está inserido (Martins *et al.*, 2011).

O terceiro fundamento da teoria de Marx é a centralidade das classes como atores na vida política. As classes são definidas segundo a posse e controle dos meios de produção, havendo, assim, duas: burguesia (detentora dos meios) e o proletariado (vendedores de sua força de produção) (Halliday, 2007). A sociedade capitalista, logo, é revestida de poderes sociais assimétricos de acordo com as classes. No processo produtivo, o capitalista, consumidor da força de trabalho, controla a atividade do trabalho e se apropria do produto e a diferença entre os ganhos e o salário pago ao trabalhador faz parte do processo de acumulação de capital (Rubert, 2007).

Diante disso, os principais eventos políticos estão revestidos e são causados por uma luta de classes tanto entre grupos de diferentes posições na escala socioeconômica quanto entre grupos de posição equivalente, mas em distintas localizações geográficas. Por fim, o último fator e que não será utilizado neste estudo, é a revolução ou conflito, sendo este inevitável diante das desigualdades de riqueza e de posição econômica (Halliday, 2007).

Somados, esses pontos principais definem o que é o materialismo histórico, ou seja, assumir que os humanos se formam em grande medida pelas estruturas sociais que utilizam para organizar sua subsistência material, um processo que é tanto natural quanto social. Sendo

assim, os seres humanos, enquanto seres sociais, constantemente criam e recriam condições de sua existência através de atividades produtivas organizadas em sociedade (Rubert, 2007).

A partir da teoria marxista, é possível sua aplicação tanto no evento doméstico quanto internacional. Segundo Mark Rubert (2007), no materialismo histórico, os Estados e relações de poder interestatal e transnacional são constantemente produzidos, modificados e incorporados através de sistemas de relacionamentos que constituem a organização social da produção. Apesar da centralidade das questões produtivas, não se deve afirmar que Marx desconsidera a importância de outros fatores nas determinações da sociedade, pois sua corrente teórica reconhece a multiplicidade de influências, sendo abrangente da ação política, social, além da econômica (Halliday, 2007).

Diante dos princípios do marxismo, embora Marx não tenha desenvolvido estudo focado na ideia do Estado, ele pode ser compreendido como resultado dos interesses das classes dominantes (Martins *et al.*, 2011). Os sistemas geopolíticos, assim, não são independentes e não podem ser entendidos sem abstração da organização social da estrutura material (Rubert, 2007). Logo, são expressões que atuam como variáveis dependentes da sociedade civil e de suas dinâmicas (Martins *et al.*, 2011).

Ademais, não se deve separar o poder privado do público, pois existe uma interdependência estrutural entre essas esferas, ou seja, uma relação indissociável entre economia e política. A separação entre elas, realizada pelas fontes teóricas tradicionais, implica uma abstração com o objetivo de perpetuação do capitalismo e das relações de alienação e dominação (Martins *et al.*, 2011). Dessa forma, o conceito marxista de Estado confronta as definições das teorias *mainstream* das Relações Internacionais que compreendem essa entidade como independente. A Teoria Realista, exemplo de teoria de RI dominante, defende distinção entre política e economia, sendo o ator estatal uma unidade soberana atuando de forma racional com o objetivo de maximizar seus interesses, sobretudo referentes à segurança, elemento vinculado ao poder político, que é o enfoque principal do Estado para essa corrente teórica (Nogueira e Messari, 2005).

Segundo o Marxismo, o sistema internacional é entendido como o resultado dos relacionamentos entre Estados, moldados pela evolução das relações sociais e econômicas. Essas relações dão origem a estruturas de dominação que formam e sustentam os próprios Estados (Martins *et al.*, 2011). As relações internacionais, dessa forma, é um quadro maior de relações sociais em que a análise envolve a compreensão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas (Rosenberg, 1994 *apud* Martins *et al.*, 2011).

Sobre as relações de dominação, outro conceito abordado é o imperialismo. Dentre os autores a abordar esse tema, Lenin, líder da Revolução Russa de 1917, é o de maior destaque. O revolucionário soviético é o primeiro autor a propor uma teoria marxista voltada para o âmbito internacional (Nogueira e Messari, 2005). Segundo sua teoria, o imperialismo é a fase superior do capitalismo, ou seja, o último estágio, dotado das seguintes características: papel decisivo dos monopólios formados com o alto grau de desenvolvimento da concentração de produção e de capital; formação da oligarquia financeira gerada pela fusão entre capital bancário e capital industrial; aumento da importância da exportação de capitais; presença de associações internacionais de monopolistas capitalistas para partilha do mundo; partilha territorial do mundo entre potências capitalistas dominantes (Lenin, 2011).

O capitalismo transforma-se em imperialismo quando atinge um nível de desenvolvimento tão elevado que suas principais características começam a se inverter, marcando a transição para uma nova estrutura econômica e social, a exemplo da substituição da livre concorrência pelos monopólios. Além disso, percebe-se a competição entre grandes potências por hegemonia global, visando enfraquecer seus adversários a fim de conseguir anexar tanto regiões agrárias quanto industriais. Por fim, diferente das formas anteriores de expansão, o "novo imperialismo" se destaca pela rivalidade entre impérios, movidos principalmente por interesses financeiros e de investimento de capital, que superam os interesses comerciais tradicionais (Lenin, 2011).

Ademais, a teoria marxista descarta a ideia de igualdade formal de todas as nações, pois ela omite as relações de dependência e dominação existentes no sistema internacional formadas a partir dos contextos econômicos e sociais de cada Estado (Martins *et al.*, 2011). O mundo cada vez mais globalizado, envolve competição geopolítica entre os Estados regidas por processos transnacionais de produção capitalista (Rubert, 2007). Nessas relações competitivas, através da relação indissociável entre grupos econômicos e políticos, os poderes privatizados do capital são projetados em nível global. Sendo assim, empresas, consequentemente burguesia, são impulsionadas pelas políticas de seus governos (Martins *et al.*, 2007).

A globalização é compreendida como transformação histórica em que houve a universalização do capitalismo. Dessa forma, os sistemas nacionais de acumulação econômica, por meio da expansão do capital comercial, produtivo e financeiro, foram incorporados aos sistemas globais. Nesse contexto de organização social capitalista global, o Estado-nação é progressivamente transformado em um Estado transnacional. Além disso, detecta-se o

surgimento de nova classe capitalista transnacional e do fortalecimento do poder transnacional do capitalismo sustentado pelo Consenso de Washington e do neoliberalismo [2](Rubert, 2007).

Sendo a globalização a universalização do capitalismo, é importante compreender que o capitalista é revestido de duas identidades sociais com poderes amplificados em nível global. A primeira identidade é a de empregadores, ou seja, controladores do processo de produção. Já a segunda é a de investidores, decisão sobre a forma de investir alocando socialmente o trabalho e os recursos, que representam o ritmo da atividade econômica agregada e a forma de divisão social do trabalho (Rubert, 2007). Ainda segundo Mark Rubert (2007), as modificações do mundo globalizado são importantes porque o aumento dos poderes do capital, sobretudo o financeiro, pode atuar com o intuito de impedir o desenvolvimento políticas econômicas destinadas a aumentar os gastos públicos, expansionistas, para ampliação dos empregos e níveis salariais. Porém, a teoria marxista defende a ideia de que existe a dialética do poder, em que toda relação está sujeita a reestruturações contínuas através das lutas de classes.

A teoria marxista, de forma geral, embora não tenha desenvolvido abordagem em que analisa as Relações Internacionais centradas nas relações entre Estados, diferente das correntes tradicionais, ela é importante para a compreensão dos acontecimentos dessa área de estudo (Martins *et al.*, 2011). Suas contribuições derivam das implicações mais amplas de toda a linha teórica do Marxismo (Halliday, 2007). A própria contestação sobre a concepção do Estado, compreendendo-o como uma simples representação das dinâmicas de classe além da separação impossível entre política e economia são exemplos da possibilidade de ampliação das discussões. Ademais, ao passo que o sistema interestatal surgiu simultaneamente à disseminação global do capitalismo (Halliday, 2007), compreendê-lo a partir de análises sobre o sistema capitalista é um processo natural, do ponto de vista lógico.

Entretanto, ao realizar análise marxista é necessário atentar-se às possibilidades de restrição ao paradigma estruturalista, reduções que devem ser evitadas, pois não estão de acordo com a extensa discussão de questões internacionais dos escritos de Marx e Engels. As principais teorias do agrupamento conhecido como estruturalismo, de acordo com Fred Halliday (2007), desenvolveram-se até a década de 1970 e se restringiram a discussões que consideram parcialmente o objeto de estudo dentro do materialismo histórico, por exemplo, a centralidade nas relações Norte-Sul. Logo, é importante ampliar o alcance teórico.

[2] O Consenso de Washington foi um conjunto de diretrizes econômicas formulado na década de 1980 pelo economista John Williamson, refletindo a convergência de ideias de autoridades econômicas globais. Resumido em dez pontos estratégicos, como disciplina fiscal, liberalização comercial, privatizações e desregulamentação, serviu de base para políticas neoliberais aplicadas amplamente na América Latina nos anos 1990, especialmente no contexto do Plano Brady.

De forma geral, as teorias de origem marxista possuem em comum: a crítica às leis gerais e a instrumentalização da história para comprovar o que foi proposto como ponto de início; crítica ao capitalismo com compreensão de que é uma forma histórica gerada pela organização social humana, sendo assim, valorização da aplicação da história e da sociologia no âmbito das Relações Internacionais (Martins *et al.*, 2011; Rubert, 2007). Ademais, como demonstrado ao longo desta subseção, são importantes para a compreensão dos eventos e estruturas criadas e recriadas ao longo da história e que estão presentes tanto no doméstico quanto no internacional e demonstram a ligação entre política e economia (Rubert, 2007).

1.2 A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO

A fundação teórica deste estudo baseia-se na Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), corrente desenvolvida nos anos 1970 por Immanuel Wallerstein em sua obra "*The Modern World System*". Essa teoria surgiu em um contexto de contestação aos modelos tradicionais das ciências humanas vinculadas aos princípios do cientificismo e empirismo, além das análises estadocêntricas e dicotômicas das Relações Internacionais dominantes na época (Wallerstein, 2006), como no Realismo em que o Estado é visto como o principal ator das RI (Nogueira e Messari, 2005).Outrossim, considera-se a obra de Wallerstein como uma variante do materialismo histórico ao criticar o capitalismo, compreendida como forma histórica de organização social humana (Halliday, 2007).

A proposta de Wallerstein é inspirada pela atuação do grupo Annales[3] que emergiu nos anos 1920, na França, e protestou contra a alta tendência idiográfica e empirista da historiografia francesa. À época, as ciências sociais principais, economia, ciência política e sociologia, eram separadas umas das outras, buscando-se fazer análises objetivas e isoladas. Diante disso, os braudelianos (nome que referencia o líder da segunda geração do movimento, Fernand Braudel) propõem que a abordagem historiográfica deve ser "total", assim analisando os quadros históricos em todas as arenas sociais, dando fim a esse isolacionismo (Wallerstein, 2006). Além do mais, critica-se a busca por verdades atemporais. Outro fator que contribui para a Teoria do Sistema-Mundo, é o destaque para dois tempos sociais: o tempo estrutural (estruturas básicas de longa duração) e os processos cíclicos dentro das estruturas (Wallerstein, 2006).

[3] Também chamado de Escola de Annales, foi um grupo, formado em 1929, associado à revista *Annales*, de intelectuais que propunham uma nova abordagem da história em que o enfoque eram os eventos de longa duração (Burke, 1997).

Nessa fundamentação teórica, o objeto de estudo são os “sistemas sociais históricos”, como nomeado pelo autor, que são conjuntos de estruturas que representam o conteúdo do mundo social, como padrões e tendências, sendo sistêmicos e históricos simultaneamente. Dessa forma, Wallerstein (2006) afirma que essas estruturas estão sujeitas às constrições do tempo e do espaço. Assim, ao considerar as contribuições do grupo de Annales, detecta-se a necessidade de estudar a integração entre as estruturas de longa duração e os processos cíclicos (Wallerstein, 2006), pois permite analisar tanto as estruturas básicas, como o capitalismo, quanto os processos cíclicos, a exemplo do ritmo da economia, que alteram os comportamentos dos atores internacionais. Essa abordagem é importante no estudo a respeito da captação de empréstimos internacionais chineses pelo Equador durante os governos de Rafael Correa (2007-2017), que alterou a política de créditos em comparação com a realizada pelas administrações anteriores e posteriores no país.

Os sistemas históricos, segundo a teoria, só existiram em duas variantes até o momento: minissistemas e “sistemas mundiais”. Enquanto os primeiros se referem a economias tribais e organizadas economicamente com base na reciprocidade, os segundos são sistemas com maior complexidade na divisão do trabalho, em que abrange zonas espaciais e temporais maiores, com várias unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividade e instituições que seguem certas regras sistêmicas. Os “sistemas mundiais” podem ser subdivididos em dois tipos “império-mundo” e “economia-mundo”, sendo a primeira com organização econômica baseada na redistribuição e a segunda, nas trocas comerciais (Wallerstein, 2006).

O “império-mundo” é definido como uma estrutura em que há apenas uma autoridade política no sistema mundial (Wallerstein, 1974). Segundo o autor, o último sistema imperial mundial foi o dos Estados Unidos da América na metade do século XX. No que diz respeito a “economia-mundo” (economia mundial), é possível defini-la, além das características próprias de um “sistema mundial”, é a ausência de uma estrutura política unitária, havendo a presença de diversas unidades políticas ligadas em um sistema interestatal, assim, não há uma homogeneidade política nem cultural. O que fornece coerência interna a um sistema histórico seria uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, sendo a divisão social do trabalho o principal (Wallerstein, 2006).

O modelo de mundo que é estudado por Wallerstein (2006), tem sua origem no século XVI, com a Paz de Vestfália, e se caracteriza por ser uma economia mundial capitalista. Um sistema é capitalista quando há a prioridade na acumulação interminável de capital. Dessa forma, existem mecanismos em que são penalizados de alguma forma aqueles que não atuam

de acordo com esse objetivo. Tanto a economia mundial quanto o capitalismo atuam em conjunto, haja vista que a eficácia, definida em torno da riqueza em expansão, da divisão do trabalho proporciona a unificação da economia-mundo. Outrossim, as principais instituições do sistema internacional foram desenvolvidas em contexto pós Segunda Guerra Mundial quando a hegemonia estadunidense foi estabelecida, ou seja, os Estados Unidos da América conseguiram, por certo período, estabelecer as regras dos relacionamentos interestatais (Wallerstein, 2006).

Quanto aos relacionamentos entre os Estados e a divisão do trabalho, Wallerstein (2006) incorporou à sua teoria as contribuições dos estudos de Raúl Prebisch e da Cepal acerca do conceito de centro-periferia, desenvolvido na década de 1950. Essa concepção foi formulada a partir da perspectiva de que o comércio internacional não ocorre entre partes iguais, contrariando os princípios do liberalismo predominantes na época. Nesse contexto comercial, os países economicamente mais robustos (centro) conseguem negociar em condições mais vantajosas, o que resulta em um fluxo de capital excedente direcionado a esses Estados, proveniente dos países menos desenvolvidos (periferia), configurando o que Wallerstein (2006) descreve como uma "troca desigual". A influência cepalina, no entanto, é vista por críticos como um fator limitante ao fornecer o conceito do imperialismo de maneira limitada com foco exclusivo no econômico e no estruturalismo (Halliday, 2007).

Enquanto a teoria marxista explica a distribuição desigual entre classes sociais, Wallerstein (2006) aplica ao internacional considerando assimetrias entre regiões. O excedente gerado pelos trabalhadores e produtores nas regiões periféricas é apropriado e transferido para as regiões centrais, resultando em uma maior acumulação de capital no centro e uma exploração mais intensa dos trabalhadores nas periferias em comparação com os trabalhadores nos centros (Arienti e Filomeno, 2007). Entretanto, a análise sistêmica de Wallerstein procurou considerar que os elementos possuem interdependência, ou seja, centro e periferia são interdependentes a fim de superar as limitações da teoria dependentista (Arienti e Filomeno, 2007).

A denominação de centro-periferia é estabelecida de acordo com a divisão axial do trabalho ditada por interesses capitalistas entre processos de produção semelhantes ao centro e processos da periferia (Arienti e Filomeno, 2007). O que, por sua vez, determina que uma atividade é central ou periférica é o grau de lucratividade, que também é influenciado pela situação de ser monopolizado ou relativamente de livre mercado. Em países centrais, há a concentração de procedimentos de centro, logo o grau de monopolização é maior e gera mais lucros do que em situações em que há muitos concorrentes. Segundo Wallerstein (2006), os vendedores sempre preferem um monopólio ou, no mínimo, o que ele chama de “quasi-

monopólios", pois permitem que estabeleçam margem relativamente ampla entre custos de produção e preço de venda. Percebe-se que o autor foca no papel das relações econômicas na constituição do sistema internacional (Halliday, 2007). Além disso, os sistemas históricos de múltiplas estruturas com rede de processos econômicos, políticos e culturais são integrados e estabelecem unidade segundo essa divisão do trabalho (Arienti e Filomeno, 2007).

A respeito do capitalismo e das dinâmicas com os governos, é importante destacar que o sistema capitalista requer uma relação especial entre produtores econômicos e os detentores de poder político. Isso ocorre porque os Estados possuem mecanismos para protegerem os monopólios e, assim, os lucros. Dentre as formas, destaca-se: patentes, restrições às importações e exportações, subsídios e benefícios fiscais, medidas protecionistas e contra-protecionistas, imposição de ônus etc. (Wallerstein, 2006).

A capacidade estatal de proteger as empresas e se impor internacionalmente varia conforme o grau de burocratização. Quanto maior a burocracia, maior a força (Wallerstein, 2006). Assim, os Estados procuram garantir o controle sobre as etapas mais rentáveis das cadeias de mercadorias para as burocracias locais a fim de obterem maior poder. Logo, as assimetrias são medidas não somente em termos de distribuição das vantagens comerciais, mas pelas relações de forças de confrontação entre as burguesias nacionais e seus governos (Arienti e Filomeno, 2007).

1.2.1 O conceito de geocultura

Outro conceito de grande importância para a Teoria do Sistema-Mundo é o de Geocultura. Segundo Eduardo Muriutti (2020), é possível defini-lo como: "um conjunto de ideias, valores e normas aceitas no âmbito do sistema que constrangem a ação social". Dessa forma, a geocultura é uma "fábrica de visões sobre o modo de funcionamento do sistema, ou ainda, a forma como o sistema se torna consciente de si" (Muriutti, 2020).

A geocultura não deve ser compreendida como uma cultura de todo o mundo. Segundo Wallerstein (1991), a cultura define um conjunto de características, comportamentos, valores e crenças que cada grupo possui e que os diferenciam entre eles. Ademais, como os indivíduos participam de diversos agrupamentos, eles detêm várias culturas diferentes. Entretanto, deve-se também detectar o uso do termo para considerar as diferenças existentes dentro de cada conjunto humano. A geocultura, diante da consciência do sistema-mundo acerca de si, desenvolve aparatos intelectuais ou ideológicos que justificam o sistema e propicia sua

expansão. Logo, influencia princípios que regem diferentes culturas e, assim, o comportamento dos indivíduos (Muriutti, 2020).

Para Wallerstein, a geocultura não está presente no âmbito da superestrutura, mas uma "*underside*" dos processos da economia-mundo, ou seja, está fora da linha imediata de visão e interna ao sistema econômico global. Essa análise diferencia a proposta do autor de outras obras vinculadas ao marxismo que se baseiam no determinismo reducionista em que a estrutura (economia centrada nos modos de produção) determina a superestrutura (questões jurídicas, políticas e culturais) (Muriutti, 2020).

Acerca dos princípios que regem a geocultura, destaca-se as seis realidades e contradições que têm implicações para as formulações teóricas que permeiam o sistema-mundo de acordo com Wallerstein (1991). O primeiro é o fato de que a economia capitalista global, logo, o sistema-mundo, foi constituída integrando geograficamente uma vasta gama de processos produtivos ditados pela divisão do trabalho com normas e instituições vistas como universais, mas ao mesmo tempo formado por Estados vistos como soberanos e independentes. O segundo é que a expansão histórica do sistema segue um ritmo cíclico e foi localizada originalmente na Europa para incorporar outras zonas do globo, o que cria uma contradição acerca da dicotomia entre modernização e ocidentalização (Wallerstein, 1991).

Já o terceiro é a dificuldade de conseguir que trabalhadores trabalhem a preços baixos em um sistema em que o objetivo principal é a acumulação incessante de capital. O quarto é a modernidade como o tema central universalizante e a consequente prioridade à novidade e mudança, algo que gera discussões sobre o conceito de modernidade e sobre a legitimidade dos governos haja vista a busca incessante por transformações. O quinto é a crescente polarização da recompensa, ou seja, a distribuição desigual da riqueza a nível mundial e no interior dos Estados, o que causa questionamentos entre questões de progresso de uns e deterioração de outros. Por fim, o último fator é a ilusória noção de expansão infinita da economia capitalista global sendo que, historicamente, sistemas históricos possuem um ciclo de vida (Wallerstein, 1991).

O ponto principal de destaque da geocultura é a percepção e desejo de progresso, conceito que destaca a "necessidade de acelerar a passagem da barbárie para a civilização", sendo o Ocidente o modelo a ser seguido pelas nações e que é ancorada na meritocracia e protagonismo dos indivíduos (Muriutti, 2020, p. 9). Wallerstein aponta que os fundamentos da cultura do sistema-mundo foram construídos desde o começo da consolidação da economia-mundo capitalista no século XVI, consolidando-se até 1789. A Revolução Francesa foi um ponto de impacto para a geocultura ao explicitar as diferenças entre dois conceitos de

modernidade: o primeiro define como tecnologia e progresso técnico e o segundo, como libertação da opressão. Entretanto, percebe-se abalos significativos após as manifestações mundiais de 1968 com os destaques das controvérsias do sistema global. Naquele momento, ideologias, com destaque ao neoliberalismo, receberam primazia internacional para explicar a concorrência entre atores pelos recursos (Muriutti, 2020). Outrossim, de acordo com Wallerstein (1991), diante das contradições, são as ideologias emparelhadas de universalismo e racismo-sexismo que agem historicamente como justificadoras e sustentadoras do sistema.

A geocultura, conforme Wallerstein, reflete a dinâmica contínua de conciliar as contradições internas de um sistema histórico. Na atualidade, a expansão da economia-mundo consolidou uma geocultura que promove o universalismo como sinônimo de "ocidentalização", mistificando questões como o machismo e o racismo estrutural, que permanecem ocultos sob a bandeira do progresso (Muriutti, 2020). A cultura, usada historicamente pelos poderosos para legitimar expropriações, agora se torna um campo de batalha crucial em tempos de crise sistêmica (Wallerstein, 1991). Diante disso, analisar os questionamentos acerca dos fatores caracterizadores da geocultura no contexto do relacionamento financeiro entre Equador e China, elemento novo em um sistema que historicamente possui primazia das organizações internacionais, é relevante, pois pode indicar possível enfraquecimento ou fortalecimento e transformação da “cultura global”.

1.2.2 Economias e posicionamentos internacionais de Equador e China

Diante das definições expostas, é importante analisar qual é o posicionamento de Equador e China no sistema-mundo. De acordo com Wallerstein, um Estado periférico é identificado por características econômicas específicas, como a produção de bens primários e a utilização de mão de obra não qualificada. Além disso, esses Estados se destacam por dispor de recursos naturais e humanos em grande quantidade, embora careçam de capital para investimentos. Consequentemente, recorrem ao capital estrangeiro, em um processo de abertura econômica desfavorável, que frequentemente envolve a exploração dos recursos naturais sem as devidas salvaguardas ambientais (Martins, 2015). À luz dessas definições, o Equador, foco deste estudo, encontra-se na periferia do sistema internacional.

Do ponto de vista de sua economia política internacional, o Equador desde a Segunda Guerra Mundial fornece seus produtos primários principalmente para os EUA. Em vias gerais, de acordo com os dados do *Observatory of Economic Complexity* (OEC) de 2007, ano de início do governo Rafael Correa, 40,4% das exportações equatorianas vão para o parceiro

estadunidense, enquanto 21,4% das importações do Equador vêm dos EUA (OEC, 2022b). Haja vista que o relacionamento entre ambos é do tipo centro-periferia, o modelo gera diversas desvantagens para o sul-americano em que há a dependência de recursos não renováveis, como o petróleo, além de atraso tecnológico relativo que gera baixa competitividade com dependência dos ciclos econômicos centrais (Jenkins, 2012).

Além das porcentagens de comércio exterior, os produtos comercializados pelo Equador também demonstram o posicionamento como país periférico dependente da produção de primários. Em 2007, os produtos mais importados foram: petróleo refinado, óleo de alcatrão de hulha, gás liquefeito de petróleo e carros. Outrossim, os exportados eram: petróleo bruto, bananas, petróleo refinado, crustáceos e peixe processado (OEC, 2007b).

O cenário equatoriano anterior ao governo de Rafael Correa é marcado, entre outros fatores, pela adoção do neoliberalismo, causando aumento do nível de dependência externa, principalmente com os Estados Unidos, e aprofundamento em sua situação como país periférico, haja vista os problemas de dívida externa e deterioração da produtividade (Andrade, 2011). Em uma condição de necessidades de empréstimos estrangeiros, a China surge como um outro credor. Os créditos entre China e Equador e seus resultados serão abordados de forma mais detalhada posteriormente no estudo.

A respeito da China, é interessante compreender o posicionamento internacional chinês e as análises anteriores realizadas por outros atores sobre o relacionamento com o Equador. No final do século XX, a China tornou-se uma economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do mundo. Parte da liderança em produtividade se deu ao consumo intenso de matérias-primas e combustíveis fornecidos pelos países subdesenvolvidos (Arteaga, 2020).

A China, inicialmente classificada como um país periférico, teve seu posicionamento alterado devido ao seu rápido crescimento econômico. Atualmente, diversos autores a consideram parte da semiperiferia, embora com uma proximidade ao centro da economia-mundo superior à dos demais Estados pertencentes à mesma categoria (Corrêa, 2023). Segundo Wallerstein (2006), um país semiperiférico é aquele que possui uma mistura relativamente igual de processos de produção periféricos e centrais. A semiperiferia possui uma situação mais complexa, em que deve exercer pressão sobre os estados periféricos e atuar em prol de se aproximar do centro, competindo com os outros atores de mesma classificação.

A distinção da China em relação a outros países semiperiféricos decorre de seu histórico de políticas estatais voltadas para o desenvolvimento (Corrêa, 2023). Nos últimos anos, a estratégia geopolítica chinesa parece alinhar-se à ideia de Kenneth Waltz sobre o “efeito de semelhança” entre as grandes potências, sugerindo uma tentativa de moldar sua atuação global

à semelhança de outras potências. Assim, pode-se analisar a China dentro de um relacionamento específico, a exemplo do que será desenvolvido nos capítulos posteriores deste estudo na análise do financiamento fornecido ao Equador. Contudo, não é possível classificá-la como um país central, uma vez que essa posição exige não apenas projeção global, mas também a capacidade de influenciar e estruturar sistemas internacionais em escala global — uma característica ainda ausente. Ainda assim, desde o governo de Xi Jinping, tem-se observado um aumento gradual dessa projeção global (Lanteigne, 2020).

Em sua ação de projeção global e busca por recursos naturais, desde 2008, a China atua relevantemente na América Latina. Segundo Heilmann (2017), os objetivos e intervenções do Estado são evidentemente focados em garantir o acesso a fontes de longo prazo tanto de energia quanto de matéria-prima vindas da África e da América Latina principalmente. O governo chinês atuou fortemente no suporte à expansão global de empresas estatais, ação que fez essas companhias serem as principais em atuação internacional.

O marco desse processo de projeção em direção à América Latina é o Livro Branco sobre a América Latina e o Caribe de 2008. No documento, destaca-se referências sobre a longa história, extensão geográfica, recursos naturais abundantes e excelentes bases de desenvolvimento socioeconômico da região americana. Com isso, é proposto desenvolver a amizade e a cooperação entre o gigante asiático e todos os países com base nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica [4] (China, 2008). Desde então, a América Latina tornou-se um dos destinos mais proeminentes para o Investimento Direto Estrangeiro chinês, além dos empréstimos (Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

1.2.3 Estudos anteriores e proposta

O relacionamento entre China e Equador é abordado nos estudos como uma situação em que o país equatoriano se coloca em uma condição de dependência. A dinâmica dos Estados durante os governos de Rafael Correa teria criado uma dependência econômica com características típicas de relações centro-periferia. Essa situação, no entanto, é intrigante ao considerar que o gigante asiático é reconhecido como em desenvolvimento e como parte do Sul Global (Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

[4] Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica são princípios chineses que orientam a política externa da China. Eles são os seguintes: respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão; não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica (Mendes, 2010).

Dessa forma, a literatura sobre o assunto destaca como principais premissa a permanência do Equador com carência em mão de obra qualificada, em ciência e tecnologia e em capital social básico (como saneamento, saúde e segurança), além de deficiências em infraestrutura (seja, em rodovias, ferrovias, portuárias ou de mobilidade urbana), seguindo as definições das limitações de desenvolvimento que os países de fora do centro possuem (Martins, 2015). Além disso, outra premissa é de que a China estaria posicionada de forma semelhante às organizações internacionais e potências ocidentais, no centro do sistema-mundo recebendo mais benefícios do relacionamento com o Equador que o contrário (Carriel; Romero; Sánchez, 2023). Essa questão contrasta com a histórica classificação de que o país asiático seria semiperiférico.

Os empréstimos chineses na região superaram os fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e BM (Herrera e Lee, 2017). Enquanto a China agiu em prol de seus objetivos comerciais de busca por recursos estratégicos (petróleo e minerais), o Equador buscou equilibrar sua balança comercial e ter acesso a financiamento e investimentos estrangeiros em um contexto conturbado da crise de 2008 e ascensão de Rafael Correa (Herrera e Lee, 2017) - questões que serão aprofundadas no capítulo II deste trabalho.

As avaliações dos estudos anteriores são descritas em termos de valor total. Além disso, a análise acerca do endividamento ocorre por meio de indicações de estudiosos da dependência a respeito do que o governo de Rafael Correa deveria ter feito. Essas ações indicadas abrangem adotar políticas semelhantes às utilizadas por países industrializados e exportadores do Leste Asiático e Sudeste Asiático para eliminar sua subordinação e dependência econômica dos Estados Unidos e China. Isso inclui investir em educação e cultura para aumentar as habilidades da população e facilitar a mobilidade social, enquanto promove mudanças estruturais no setor produtivo para desenvolver uma economia baseada em tecnologia e manufatura de alto valor agregado. Isso poderia ajudar o Equador a sair do ciclo vicioso de sua posição periférica no cenário econômico internacional (Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

Os estudos sobre o assunto são deficientes na análise dos contratos chineses de empréstimo, área ainda pouco explorada devido à confidencialidade dos termos, e em investigações acerca da repercussão doméstica equatoriana sobre o relacionamento financeiro entre os Estados e do futuro das obras realizadas com os créditos obtidos, desconsiderando possíveis benefícios para a economia equatoriana. Em contraponto e complemento à literatura existente, o presente estudo objetiva compreender as consequências dos financiamentos e investimentos chineses recebidos pelo Equador durante os governos de Rafael Correa (2007-2017), com o enfoque nos resultados econômicos e estruturais do relacionamento bilateral.

A utilização da Teoria Marxista e da Teoria do Sistema-Mundo neste estudo permite investigações profundas sobre o histórico e contexto estrutural do Equador, adicionadas a compreensões sobre os impactos do relacionamento à geocultura. A teoria marxista destaca a determinação material, segundo a qual ideias, instituições e eventos devem ser compreendidos dentro de sua relação com o modo de produção, e não de forma isolada. Além disso, a determinação histórica reforça que a realidade é socialmente construída pelo homem em seu contexto histórico.

Ademais, o Marxismo fornece a visão acerca do sistema capitalista em que se deve compreendê-lo a partir de poderes sociais assimétricos, intensificados no estágio imperialista do capitalismo, quando os principais eventos políticos são causados pela luta de classes, seja entre grupos com diferentes posições socioeconômicas, seja entre grupos de mesma classe, mas localizados geograficamente em diferentes regiões. Além disso, o sistema internacional, por sua vez, é continuamente moldado por sistemas de relações que constituem a organização social da produção, e o Estado é visto como resultado dos interesses das classes dominantes, com a presença de interdependência estrutural entre a esfera privada e pública.

A Teoria do Sistema-Mundo complementa os ideais marxistas ao aplicá-los ao estudo das Relações Internacionais ao dividir o sistema internacional (sistema-mundo) em centro e periferia e definir o conceito de geocultura, auxiliando a compreender os relacionamentos entre os Estados, sobretudo econômicos, que devem ser exploradas e aprofundadas ao relacionamento entre China e Equador. O aprofundamento é realizado neste estudo ao analisar a atuação do ator chinês, que não é classificado consensualmente, nas discussões, enquanto ator central ou semiperiférico, e nas implicações para o ator equatoriano e para a geocultura.

2 CONVERGÊNCIA DE CONTEXTOS: FATORES HISTÓRICOS E MATERIAIS NA APROXIMAÇÃO FINANCEIRA ENTRE CHINA E EQUADOR

Este capítulo examina o relacionamento financeiro entre o Equador e a China durante o governo de Rafael Correa, destacando os aspectos estruturais e dinâmicos que moldaram essa relação. Na primeira seção, analisa-se a caracterização da China como um credor internacional emergente, explorando o funcionamento do seu sistema financeiro, os princípios da sua política externa e o modelo específico dos contratos de empréstimo oferecidos por instituições chinesas. Além disso, é discutido o perfil do Equador como devedor, contextualizando os desafios econômicos e sociais herdados de políticas neoliberais anteriores e as reformas econômicas promovidas durante a presidência de Correa. Essa contextualização é essencial, pois, no âmbito da abordagem materialista histórica, os eventos e atores devem ser compreendidos a partir de sua produção econômica (estrutura) e o contexto histórico. Assim, esse segundo capítulo, permite entender como as necessidades econômicas do país sul-americano se alinharam à estratégia de expansão da China.

2.1 A CHINA NA AMÉRICA LATINA: SISTEMA FINANCEIRO, POLÍTICA DE EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS

Os investimentos e financiamentos da China na América Latina ocorreram diante dos interesses chineses de diversificação comercial e de busca por recursos estratégico, como minerais e petróleo, necessários para fortalecer a sustentabilidade de sua produção e crescimento econômico. Como citado anteriormente, a atuação do país na região supera a do BID e BM nas relações financeiras no século XXI (Herrera e Lee, 2017). Diante da importância do credor asiático, é necessário analisar o sistema financeiro chinês, o Livro Branco da China sobre a América Latina e Caribe e o modelo de empréstimo da China para compreendê-lo enquanto ator financeiro internacional.

Os pontos principais regentes do sistema financeiro chinês são: domínio de bancos estatais em que os gerentes são escolhidos entre o quadro do Partido Comunista Chinês; atuação bancária através de empréstimos e investimentos em áreas escolhidas pelo Estado; a satisfação dos mercados de ações e títulos da China às necessidades de financiamento das instituições e das empresas estatais; e o controle estatal do sistema financeiro, sustentado por uma gestão rigorosa da taxa de câmbio e controles de capital concedidos para evitar saídas de poupanças para o estrangeiro (Heilmann, 2017).

Os principais bancos chineses podem ser divididos em duas categorias principais: comerciais estatais e políticos estatais. Os primeiros são caracterizados por possuírem maior independência em relação a pressões políticas do estado e representam cerca de 39% das instituições. Dentre eles, destaca-se os seguintes: *Industrial and Commercial Bank of China* (ICBC), *China Construction Bank* (CCB), *Bank of C*hina *(BOC)* e o *Agricultural Bank of China (ABC)* (Heilmann, 2017). Já os segundos, como é possível deduzir pelo nome, são aqueles em que as influências do governo são explícitas e operam em apoio aos objetivos governamentais, os quais representam 8% do total. Os bancos políticos de destaque são: o *China Development Bank* (CDB), o *Export-Import Bank of China* (*China Eximbank* ou Chexim*)* e o *Agricultural Development Bank of China* (Naughton, 2007).

Ademais, é importante analisar a presença chinesa na globalização e suas políticas governamentais. Sobre o relacionamento econômico chinês com o exterior salienta-se, inicialmente, o comércio exterior. Até 2016, os principais centros de exportação da China, que representam ¾ do total, estavam: nas províncias de Guangdond, de Zhejiang, de Jiangsu, e de Shandong; além das cidades de Beijing e de Shanghai. Em 2001, o país acessou a Organização Mundial do Comércio (OMC), após grandes pressões a respeito da política de taxa de juros. A entrada representou um ponto chave da integração à economia global e promoção da competição e desregulamentação na economia doméstica, embora o país viole regras repetidamente e seja assunto de diversos processos dentro da OMC (Heilmann, 2017).

Diante da consideração de que a China está integrada na economia internacional, sobre sua atuação no exterior, é importante salientar que o engajamento das empresas e investidores chineses foi motivada primariamente por interesses comerciais. Outrossim, segundo Heilmann (2017), os objetivos e intervenções do Estado são evidentemente focados em garantir o acesso a fontes de longo prazo, tanto de energia quanto de matéria-prima, vindas principalmente da África e da América Latina. O governo chinês atuou fortemente no suporte à expansão global de empresas estatais, ação que fez essas companhias serem as principais em atuação internacional. O processo administrativo para esse fim foi progressivamente liberalizado ao longo do tempo (Heilmann, 2017).

Em relação à atuação da China na América Latina, em 2008, o governo chinês divulgou o Livro Branco sobre a América Latina e o Caribe. Nesse documento, são ressaltadas as referências à longa trajetória histórica, à vasta extensão territorial, à riqueza de recursos naturais e às sólidas bases para o desenvolvimento socioeconômico da região. Nesse contexto, foi proposta a ampliação da amizade e cooperação entre a China e os países da região, fundamentada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica: respeito mútuo à soberania e

integridade territorial, não agressão mútua, não intervenção nos assuntos internos de outros países, igualdade e benefício mútuo, e coexistência pacífica (China, 2008).

Os objetivos gerais destacados no documento incluem: ampliar o respeito e a confiança mútuos, aprofundar a cooperação baseada no princípio de benefícios recíprocos e compartilhados, e intensificar os intercâmbios com foco na aprendizagem mútua e no progresso conjunto (China, 2008). Ademais, as principais áreas de cooperação mencionadas abrangem os âmbitos político e econômico, incluindo comércio, investimentos, cooperação financeira, construção de infraestrutura, exploração de recursos e energias, colaboração aduaneira, inspeção de qualidade e quarentena, promoção do turismo, bem como iniciativas de redução e perdão de dívidas (China, 2008).

Dentre as áreas citadas, salienta-se a de investimentos e a financeira. A primeira é descrita como interesse chinês em incentivar e apoiar várias empresas chinesas com capacidade e boa reputação para implantar cooperação em diversos assuntos econômicos em contribuição para desenvolvimento socioeconômico da China e dos países da região. Já a financeira foca no intercâmbio entre profissionais e autoridades monetárias e de finanças dos parceiros nacionais e regionais, além do apoio à criação de sucursais de bancos comerciais chineses na região da América Latina e Caribe (China, 2008). Diante disso, segundo Salgado (2014), essas áreas de integração, do ponto de vista da China, possuem duas funções importantes: a ajuda entre Estados com transferência de capitais e com processo de aprendizado, por exemplo com transferência de tecnologia; e o auxílio como um fator de atração de outros investimentos.

Embora o Livro Branco seja de 2008, é importante destacar que o relacionamento comercial entre China e América Latina já estava se intensificando desde o começo do século XXI. As trocas comerciais, ao se analisar a região como um todo, apontavam, até aquele ano, para um déficit significativo por parte do continente americano, principalmente na América Central e México. A América do Sul possuía saldo comercial próximo a zero, variando entre positivo e negativo (Vadell, 2011).

Ademais, os produtos exportados para a China eram, em ordem decrescente em 2009: cobre, aço e derivados, soja e outras sementes, minérios e concentrados de metais, petróleo cru, óleo de soja e outros óleos, celulose e resíduos de papel, e alimentos para animais. Já as importações de produtos chineses eram de produtos eletrônicos e mecânicos (Vadell, 2011). Na comparação com as exportações para o restante do mundo, as exportações de produtos de tecnologia (baixa, média e alta) são bem menores em porcentagem na relação com o país asiático (Herrera e Lee, 2017).

O interesse chinês na América Latina, do ponto de vista dos investimentos, é possível de ser notado através da análise dos setores investidos. De 2001 a 2018, o capital foi direcionado a matérias-primas e energia. Entretanto, a partir de 2013, detecta-se diversificação, incluindo áreas, como: bens de consumo, serviços financeiros, bens industriais, telecomunicações e utilidades (Ding *et al.*, 2021).

Ademais, o marco regulador dos Investimentos Externos Diretos (IED) externo da China é outro fator relevante, estabelecido para promover competitividade global das empresas chinesas, assegurando acesso a recursos estratégicos, redes internacionais e mercados externos. Além disso, visava fortalecer a economia doméstica para enfrentar a concorrência interna e contribuir para o desenvolvimento do país por meio da obtenção de recursos naturais, promoção das exportações e avanço tecnológico (Herrera e Lee, 2017). Grande parte desses investimentos chineses ocorreram após 2008, pois, de 2003 até este ano, pouco capital foi direcionado à região em forma de projetos a serem desenvolvidos ou aquisição de empresas haja vista que mais de 90% haviam sido para paraísos fiscais, como as Ilhas Caimã e as Ilhas Virgens Britânicas (Vadell, 2011).

Além dos investimentos, é importante analisar os empréstimos chineses. Para tal análise, foi considerado o estudo sobre o modelo de financiamento da China, publicado em março de 2021. O estudo examinou cem contratos de crédito firmados entre o país asiático e outras nações. De modo geral, o debate sobre os empréstimos chineses baseia-se amplamente em suposições, devido à escassez de materiais que abordam detalhadamente o funcionamento das relações entre esse credor e seus mutuários (Gelpern *et al*., 2021). Assim, análises concretas, como do artigo citado, são relevantes e devem ser base para discussões desta monografia.

No estudo, verificou-se que os credores eram o *Export-Import Bank of China* (*China Eximbank*) ou o *China Development Bank* (CDB) em 84 dos casos analisados, sendo que 27% dos empréstimos foram direcionados à América Latina. De maneira geral, os termos dos acordos são estruturados para garantir à China prioridade no recebimento de pagamentos em situações de dificuldade ou inadimplência. Nesse aspecto, destaca-se a atuação do CDB, que, diferentemente do Eximbank, não recebe subsídios formais do governo chinês (Gelpern *et al*., 2021).

As características predominantes dos empréstimos chineses analisados no estudo incluem a presença quase universal de cláusulas de confidencialidade nos contratos. Aproximadamente 30% desses acordos contêm fatores relacionados a contas especiais, com exigências de saldos de caixa que podem ser confiscados pela China em caso de inadimplência. Além disso, em 70% das transações, todas as receitas provenientes dos projetos associados

devem ser depositadas nas contas vinculadas. Uma cláusula frequentemente observada é a "*No Paris Club"*[5] ("Não Clube de Paris"), que exige que os países mutuários excluam os empréstimos chineses de esforços de reestruturação realizados com outros credores membros do Clube de Paris. Ademais, são comuns as cláusulas de *cross-default*, que preveem o cancelamento de múltiplos contratos em caso de inadimplência em um deles (Gelpern *et al*., 2021).

Nos contratos firmados com o CDB, há a possibilidade de encerramento das relações diplomáticas entre as partes em caso de rescisão contratual. Em 90% dos acordos, o término do contrato e a exigência de pagamento imediato podem ser desencadeados por mudanças nas leis ou políticas no país credor ou devedor. Outrossim, cerca de 30% dos contratos incluem cláusulas de estabilização, nas quais os custos associados a alterações no ambiente ou nas políticas trabalhistas são integralmente assumidos pelo devedor (Gelpern *et al*., 2021).

Por fim, outro elemento é a frequente condicionante de que um projeto financiado pela China deve envolver a contratação de empresas chinesas ou que pelo menos 50% dos bens (tecnologia, maquinário etc.) e serviços sejam fornecidos pela China (Saldado, 2014). Além disso, é comum a presença de garantias dos créditos através de contratos separados de compra e venda entre atores selecionados (Gelpern *et al*., 2021).

No conjunto de contratos analisados, destacam-se quatro modelos principais: contrato de empréstimo do CDB, contrato de empréstimo "concessional" do *China Eximbank*, contrato de empréstimo "não concessional" do *China Eximbank* e contratos de bancos comerciais chineses, como ICBC e BOC (Gelpern *et al*., 2021). Os contratos do CDB são classificados como "concessional" ou "*soft loans*", caracterizados por condições mais favoráveis em comparação às práticas de mercado. Na amostra de 100 contratos, esse modelo foi aplicado em 8 casos, com taxa de juros composta pela Libor (*London Interbank Offered Rate)* acrescida de 2 a 3% (Gelpern *et al*., 2021).

Os termos financeiros incluem um prazo de vencimento de 15 anos, período de carência de 3 anos e elementos específicos, como: cláusula de conta especial para depósito das receitas do projeto e exportação do mutuário, cancelamento de contratos cruzado, carta de confidencialidade separada do contrato principal, aplicação da Lei Inglesa como legislação de governança, isenção de imunidade para devedores e ativos, e cláusula de força maior como fator de inadimplência (Gelpern *et al*., 2021).

---

[5] "O Clube de Paris é a instância tradicional de renegociação da dívida externa com as agências governamentais. Sem possuir regras formais ou membros fixos, reúne representantes de governos que aceitam suas normas e procedimentos estabelecidos informalmente ao longo do tempo" (Meyer, 1991).

O modelo "concessional" do *China Eximbank* foi aplicado em 36 contratos da amostra, com condições financeiras que incluem taxa de juros de 2 a 3%, prazo de vencimento de 20 anos e período de carência de 5 anos. As garantias abrangem o depósito das receitas do projeto em conta de cobrança. Outros elementos destacados incluem cláusulas de confidencialidade desde 2014, “cancelamento de contratos cruzado”, aplicação da Lei Chinesa como governança, isenção de imunidade para devedores e ativos, e mudanças na política do credor como fator de inadimplência (Gelpern *et al.*, 2021).

Já o modelo "não concessional" do *China Eximbank* foi identificado em 5 contratos, com taxas de juros compostas pela Libor acrescida de 3 a 4%, prazos de vencimento entre 10 e 15 anos e períodos de carência de 3 a 5 anos. As garantias e demais elementos incluem depósitos das receitas em conta especial, cláusulas de confidencialidade focadas no devedor desde 2014, cancelamento de contratos cruzado, governança pela Lei Chinesa, isenção de imunidade para devedores e ativos, e mudanças na política do credor como fator de inadimplência (Gelpern *et al.*, 2021).

Por fim, os contratos dos bancos comerciais chineses, como ICBC e BOC, seguem o modelo "não concessional". Apresentam taxas de juros correspondentes à Libor acrescida de 1 a 4%, prazo de vencimento de 15 anos e período de carência de 5 anos. As garantias envolvem ônus sobre receitas e contas, enquanto outros elementos incluem cláusulas de confidencialidade separadas, cancelamento de contratos cruzado, governança pela Lei Inglesa e isenção de imunidade para devedores e ativos (Gelpern *et al.*, 2021).

A política chinesa de empréstimos e financiamentos externos reflete uma estratégia robusta de expansão e fortalecimento econômico, apoiada diretamente pelo Estado. O apoio do governo às empresas estatais chinesas permite que elas atuem, junto com o comércio exterior, como porta de entrada aos mercados internacionais, facilitando a inserção da China em setores cruciais nos países receptores. O financiamento, nesse contexto, não apenas atrai investimentos subsequentes, como visa assegurar o acesso a matérias-primas estratégicas, como petróleo, essenciais para o crescimento contínuo da economia chinesa. Nesse cenário, o Equador, país rico em commodities, principalmente o petróleo, surge como bom destino dos financiamentos chineses a fim de a China alcançar seus objetivos citados. A atuação financeira da China em adição à sua característica de exportador de maquinários e tecnologias dá indícios de que ele é um Estado localizado no centro do sistema-mundo, pelo menos em relação à América Latina.

Além disso, o modelo de empréstimos adotado pela China impõe uma série de condicionantes, desde cláusulas de confidencialidade até o gerenciamento cuidadoso das relações diplomáticas em caso de inadimplência. Essas medidas garantem que o país mantenha

controle sobre as operações financeiras, buscando posicionar-se como credor prioritário no pagamento das dívidas feito pelos devedores. Assim, a política de empréstimos e financiamentos chinesa é uma ferramenta central de sua diplomacia econômica, mesclando o pragmatismo comercial com uma visão estratégica de longo prazo, voltada para ampliar sua influência global e garantir o desenvolvimento nacional chinês.

A ação financeira chinesa na América Latina, intensificada após 2008, gera questionamentos acerca da geocultura. Ao detectar o surgimento de um novo credor internacional e parceiro comercial de destaque na região de domínio histórico dos Estados Unidos e das Organizações Internacionais ocidentais, pode-se detectar certo enfraquecimento dos princípios que historicamente guiavam os países, pautados no relacionamento com a potência americana e no multilateralismo.

Opções de crédito bilaterais e que vão de encontro com outras propostas, a exemplo da ausência de termos que tentassem regular as ações macroeconômicas dos governos, e a presença de cláusulas de confidencialidade e de favorecimento dos pagamentos em detrimento dos Estados do Clube de Paris, representam alterações nas formas clássicas de auxílio financeiro, sendo alternativas à estrutura de *Bretton Woods*. No entanto, deve-se analisar as consequências do relacionamento entre a China e o Equador a fim de compreender se ocorreu o enfraquecimento da geocultura ou seu fortalecimento, algo que é analisado no terceiro capítulo desta monografia diante dos empréstimos e investimentos chineses e o desempenho econômico equatoriano.

2.2 ANTECEDENTES DE RAFAEL CORREA E A REVOLUÇÃO CIDADÃ: UMA NOVA PROPOSTA DE GOVERNANÇA NO EQUADOR

Com o objetivo de analisar o Equador enquanto recebedor de empréstimos e investimentos internacionais durante os governos de Rafael Correa, é importante compreender, primeiramente, os seus antecedentes.

Durante a década de 1970, detectou-se, em contexto de política de substituição de importações, o período de maior crescimento do Equador em virtude da exportação de petróleo e captação de créditos externos, mas que gerou uma "Doença Holandesa"[6], definida pela relação entre a exportação de recursos naturais e o declínio do setor manufatureiro (Correa, 2009). Segundo o autor, uma nação, ao possuir vantagens comparativas significativas em um

[6] O termo "Doença Holandesa" foi utilizado pela primeira vez em 1977 pela revista inglesa "The Economist" em alusão à situação vivenciada pela economia manufatureira da Holanda na década de 1960 (Silva e Flores, 2016).

setor, a abundância de petróleo no caso equatoriano, especializa-se na produção desses bens em detrimento de outras áreas. Esse processo inibe o desenvolvimento econômico ao longo do tempo.

O processo de agravamento da Doença Holandesa se deu pela captação de grandes montantes de financiamentos motivada pelos organismos internacionais. De acordo com Rafael Correa (2009), a estratégia promovida pelas OIs buscava, na teoria, promover o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através de financiamento de investimentos de alta rentabilidade. No entanto, na prática, o mecanismo apenas obedecia às necessidades do grande capital financeiro de colocar o excedente de liquidez que existiam no Primeiro Mundo, gerados pelos petrodólares dos países árabes aplicados nesses bancos. Como resultado, a dívida pública equatoriana partiu de 229 milhões de dólares em 1970 para 4,416 bilhões de dólares em 1981. Além disso, o endividamento do setor privado foi de 57 milhões em 1976 para 1,452 bilhões em 1981 (Correa, 2009).

No início da década de 1980, o modelo de substituição de importações presente desde os anos 1940 foi repensado diante da crise da dívida internacional, que gerou a redução considerável do crescimento e um elevado custo social, com aumento da pobreza (Andrade, 2011). Diante da elevação do valor dos empréstimos e necessidades de montantes cada vez maiores para financiar o desenvolvimento, o governo equatoriano respondeu a problemática com ajustes estruturais e adotou medidas fiscais para restringir os gastos públicos e equilibrar as contas nacionais (Andrade, 2011). Essas reformas envolveram cinco cartas de intenção com o FMI entre 1983 e 1989 com o objetivo de adequar o Equador às práticas defendidas pelo organismo e vinculadas ao neoliberalismo e, consequentemente, conseguir empréstimos (Correa, 2009).

Destaca-se o Fundo Monetário Internacional como um dos principais credores do Equador no período, possuindo as seguintes funções: supervisão internacional, assistência técnica e disponibilização de crédito multilateral. Busca-se, através dessas ações, manter a estabilidade financeira global. O fundo atua como emprestador de última instância, possuindo dois tipos de empréstimos: concessionais, com taxas de juros próximas de zero para países de baixa renda; e não concessionais, com juros ajustados semanalmente conforme as taxas de curto prazo dos mercados monetários. Observa-se que não há financiamento de projetos, oferecendo apenas auxílio a países que não encontram liquidez (Coelho, 2012).

Os empréstimos feitos pelo FMI envolvem condicionalidades que exigem a adoção de políticas macroeconômicas saudáveis para garantir a regularidade dos pagamentos internacionais. Além do fator das condições de crédito, outra problemática é que a quantidade

de recursos recebidos pelos Estados depende das cotas na organização e fatores políticos de distribuição. A política está vinculada ao fundo com destaque para a ligação íntima da estrutura organizacional com a orientação externa dos EUA, refletindo os interesses das corporações financeiras americanas desde o governo Reagan (1981) até a crise financeira de 2008 (Coelho, 2012).

Os empréstimos captados pelo Equador com o FMI ao longo do período foram do tipo *Stand-by Arrangement* (SBA) que corresponde ao mecanismo com o enfoque em fornecer flexibilidade às necessidades de financiamento externo dos países através de empréstimos de curto prazo. O pagamento envolve termos de 12 a 24 meses e reembolso devido entre três quartos e 5 anos após o desembolso em oito parcelas trimestrais iguais. As taxas de juros incluem taxa dos Direitos Especiais de Saque (DSE), uma margem de 100 pontos-base e sobretaxas para grandes e prolongados usos dos recursos (FMI, 2023). Para fins de análise, ao fixar o valor do DSE como 1,3099 dólares, que foi a numeração do ano 2000, o total dos saques realizados pelo Equador foi de 1.000.125.678,70 dólares (FMI, 2020).

As práticas neoliberais estiveram presentes a partir do governo de León Febres Cordero (1984-1988) até o início dos anos 2000 (Andrade, 2011). Em vias gerais, entretanto, os resultados do neoliberalismo no Equador não foram satisfatórios nas décadas de 80 e 90. A dívida externa chegou a cerca de 12 bilhões em 1990, representando aumento de mais de 170% em relação a 1981 (Correa, 2009). No final do século XX, o déficit equatoriano da conta corrente chegou a 7,5% do PIB (Banco Mundial, 2024b).

Entre 1992 e 1999, o neoliberalismo teve diversos impactos negativos na economia equatoriana, conforme Andrade (2011). O aumento das taxas de juros levou ao desinvestimento nas atividades produtivas, favorecendo investimentos de curto prazo. Ademais, houve uma promoção excessiva do comércio exterior e a especulação financeira, que resultaram na "expropriação" das capacidades produtivas internas. A crise social de 1999 foi marcada pelo Estado agindo em favor dos bancos privados em detrimento da população (Andrade, 2011). Entre 1990 e 2002, a economia cresceu a uma taxa de somente 2,7% (Correa, 2009).

Além disso, o período foi caracterizado por uma crise dos partidos e do sistema político, com fragmentação, polarização, pouca capacidade de representação e práticas clientelistas. Nos anos 2000, a economia do Equador enfrentou uma instabilidade cambial severa, desvalorizações constantes e alta inflação, culminando na dolarização em 2000 (Andrade, 2011). Segundo Acosta (2002), a dolarização não reduziu imediatamente a inflação, agravou a desigualdade na distribuição de renda, não melhorou as condições salariais e não diminuiu o índice de risco país. Isso resultou em uma recuperação econômica desequilibrada e instável.

Ademais, a utilização do dólar amplifica a condição de dependência do país, pois necessita de seu comércio exterior para obter moeda (Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

Diante do elevado endividamento do Equador e das problemáticas sociais resultantes das políticas neoliberais, amplamente criticadas por Rafael Correa em diversos discursos e obras, como na referência de 2009 mencionada nesta seção, o economista equatoriano foi eleito para governar o país no período de 2007 a 2017. A proposta política do presidente, conhecida como "Revolução Cidadã", consistiu em uma "mudança radical, profunda e rápida do atual sistema político, econômico e social" (Andrade, 2011). O modelo a ser corrigido foi o neoliberalismo que, segundo Correa, era perverso e havia destruído a democracia, economia e sociedade do Equador (Andrade, 2011).

A Revolução Cidadã envolveu os seguintes temas principais: refundação institucional, luta contra corrupção, promoção do emprego, educação e saúde gratuitas, respeito pela soberania e dignidade do país. As ações do projeto político foram defendidas através de discursos polarizadores de Correa que convidavam à ação e mobilização dos cidadãos (Andrade, 2011). Segundo Rafael Correa, o modelo neoliberal instaurado diante de compromissos internacionais com instituições financeiras internacionais gerou resultados decepcionantes, com destaque para o que o presidente definiu como o maior problema equatoriano, o déficit externo do setor industrial e a continuação da dependência da exportação de petróleo, porém sem o retorno em financiamento da industrialização do Equador (Correa, 2009). Ademais, o político destacava que o modelo de substituição de importações teoricamente instaurado na década de 1970, não havia sido efetivo para diversificar a economia do país e reduzir a dependência (Correa, 2009).

O modelo econômico e político de Rafael Correa envolvia desenvolvimento sustentável e inovador baseado em possuir novas articulações estratégicas para maximizar as oportunidades de objetivos mútuos e para foco em crescimento da economia e distribuição interna dos recursos. O objetivo seria reduzir a dependência de organismos internacionais e Estados (Herrera e Lee, 2017). A proposta de Correa combinou o enfoque clássico baseado no crescimento econômico, na exportação de matérias-primas e no extrativismo, com uma alta intervenção estatal na economia (Petras e Veltmeyer, 2014). As políticas basearam-se em política fiscal expansiva, política social inclusiva, política comercial de diversificação de mercados e política produtiva de fortalecimento do "setor real" da economia (Estrella, 2007).

Em oposição ao modelo liberal de ação limitada do governo e práticas rentistas justificadas pela busca de "estabilidade", o Estado atuaria como planejador, regulador e promotor da economia. Buscou-se, inicialmente, combater problemas estruturais, como: a

dependência excessiva do setor petrolífero, a volatilidade econômica, as altas taxas de desemprego, a desigualdade social e o baixo crescimento do setor não petrolífero. Sobre a questão petrolífera, anteriormente ao governo de Correa, os seus recursos acumulados estavam destinados para o pagamento de dívida externa, assim, não sendo utilizados para investimentos no próprio setor e em outros da economia equatoriana (Estrella, 2007).

Os objetivos da política da Revolução Cidadã pode, assim, serem resumidos nos seguintes tópicos: desenvolver a produção e a produtividade de forma sustentável, priorizando necessidades básicas e fortalecendo economias locais e empresas de pequeno porte; gerar empregos dignos e valorizar o trabalho; posicionar estrategicamente o Equador nos processos de integração regional e da Bacia do Pacífico; promover a inclusão produtiva e a redistribuição de renda e riqueza, combatendo desigualdades; e criar confiança nas políticas públicas por meio de coesão social, participação cidadã e transparência (Estrella, 2007).

Perante o exposto na subseção 1.2.2, países periféricos são dependentes de capital externo a fim de efetuar suas políticas domésticas, principalmente, aquelas que envolvem aumento dos gastos públicos. Dessa forma, o governo de Rafael Correa necessitava de adquirir empréstimos e receber investimentos vindos do exterior, embora o desejo de reduzir o *status* do Equador como dependente.

Diante da necessidade de obter capital externo e da crítica às políticas das organizações financeiras e potências ocidentais, o Equador necessitou estabelecer novas relações com outros países. Esse fator foi intensificado pelo contexto internacional de crise de 2007-2008, quando os seguintes elementos surgiram nos países periféricos: encerramento de canais de crédito internacionais, precipitação da queda das moedas nacionais em relação à moeda americana, reduzindo saldos superavitários das contas correntes, resistência americana para reformar o sistema de representação do FMI e a necessidade de estratégia financeira e econômica visando garantir o fornecimento a longo prazo de recursos minimizando a possibilidade de restrição externa (Herrera e Lee, 2017).

Por fim, além da proposta de Rafael Correa, a reestruturação da dívida externa realizada pelo governo foi outro fator que restringiu as opções de crédito internacional do Equador e que condicionou sua atuação enquanto ator recebedor de financiamentos e empréstimos internacionais. Em 2008, a dívida externa equatoriana era de, aproximadamente, 10,09 bilhões de dólares, porém, segundo Correa, parte dessa dívida era ilegítima, pois teria sido contraída com condições desiguais para o Equador (Carriel *et al*., 2022). Diante disso, ela foi reduzida em 25% e, dessa forma, o país se comprometeria a pagar somente 7,39 bilhões de dólares. A declaração de moratória do ex-presidente, de acordo com analistas econômicos, dificultou

tentativas de conseguir empréstimos e investimentos internacionais dos principais atores financeiros, organizações como FMI e BM que foram credores no período anterior (Carriel *et al*., 2022).

Diante dos fatores destacados, a Revolução Cidadã pode ser analisada como manifestação contestadora da geocultura, diante, principalmente, das críticas ao neoliberalismo e ao funcionamento das organizações financeiras internacionais. Um exemplo dessas contestações é o discurso de Rafael Correa em conferência na Universidade de Montevidéu em março de 2010.

No discurso, Rafael Correa faz uma crítica contundente ao neoliberalismo, apontando-o como o principal responsável pelas crises econômicas e sociais que abalaram a América Latina. Ele usa a crise financeira global de 2008 como prova do fracasso do Consenso de Washington, um conjunto de políticas impostas à região sem consulta e que, segundo Correa, beneficiam elites econômicas estrangeiras em detrimento do desenvolvimento local (Correa, 2010).

Diante disso, Rafael Correa destaca a necessidade de um "pensamento próprio" na América Latina, que valorize as necessidades e realidades regionais, em vez de adotar modelos exógenos que geraram instabilidade e desigualdade. As estratégias defendidas por ele envolvem economia controlada pelo Estado com enfoque em investimento público, redistribuição da riqueza, igualdade e justiça social e substituição seletiva das importações. Dessa forma, é importante os governos da região investirem em setores-chave e controlarem os recursos nacionais, adotando práticas de protecionismo comercial e ação coordenada entre governo e órgãos financeiros. Sobre o último ponto, ele critica a visão tecnocrática, característica do neoliberalismo, em que prega a autonomia do banco central, pois seria um princípio que busca eliminar a influência política sobre decisões econômicas cruciais (Correa, 2010).

Por fim, Rafael Correa propõe o “socialismo do século XXI”[7]. Esse conceito seria um modelo econômico em que há a supremacia do trabalho humano sobre o capital, a justiça social e o desenvolvimento sustentável, em contraposição às práticas dos governos anteriores do Equador, segundo ele. A denominação é devido às semelhanças com o socialismo clássico em torno dos temas sociais e trabalhistas. Essa definição demonstraria um caminho que guiaria os governos da América Latina para confrontarem as desigualdades e dependências de seus países,

[7] O novo socialismo, difundido na Venezuela em 2004 durante a radicalização da revolução bolivariana, ganhou força com êxitos eleitorais de Evo Morales e Rafael Corrêa na Bolívia e no Equador. Trata-se de uma proposta de difícil definição, que combina marxismo, humanismo cristão, keynesianismo e indigenismo (Araujo, 2015).

desenvolvendo-se alinhados a seus valores e necessidades em detrimento de imposições imperialistas neoliberais (Correa, 2010).

Dentre as iniciativas do Equador relacionadas com a sustentabilidade, Rafael Correa citou a iniciativa Yasuní ITT, em que o país deixaria de explorar petróleo em área de alta biodiversidade na Amazônia (Correa, 2010). Entretanto, esse projeto foi descontinuado em 2013, quando a Assembleia Legislativa equatoriana aprovou a proposta presidencial de exploração de petróleo no Parque Nacional Yasuní, reserva da biosfera pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Ayala, 2013).

A atuação do Equador como recebedor de empréstimos internacionais reflete um longo histórico de desafios econômicos e dependência de capital externo. Durante as décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, o país adotou políticas neoliberais que o colocaram em um ciclo de empréstimos condicionados por instituições financeiras internacionais, além da dolarização da economia. No entanto, essas medidas não conseguiram resolver questões estruturais, como a alta inflação, a desigualdade de renda e a instabilidade econômica.

Diante do plano econômico de Rafael Correa e do discurso da Revolução Cidadã, afirma-se que eles propõem uma contraposição à geocultura, propondo maior intervenção estatal, diversificação dos parceiros econômicos e desenvolvimento sustentável. No entanto, é necessário analisar o desempenho da economia equatoriana durante o governo de Correa, com enfoque no relacionamento com a China, a fim de compreender se a contestação foi apenas restrita às manifestações orais e práticas do início do governo.

Com a chegada de Rafael Correa ao poder em 2007, o Equador tentou romper com essa dependência externa por meio da "Revolução Cidadã", propondo um modelo de desenvolvimento econômico focado em articulações estratégicas e intervenção estatal. Contudo, a reestruturação da dívida e a crise financeira de 2007-2008 restringiram o acesso do país a fontes tradicionais de capital. Assim, o Equador, mostra-se, no contexto do início do governo de Rafael Correa, como país periférico dependente de empréstimos internacionais e financiamentos internacionais, mas agora com foco em diversificar suas fontes de capital para sustentar suas políticas internas e reduzir a vulnerabilidade diante de instituições financeiras tradicionais. Dessa forma, os interesses equatorianos somados ao fechamento de crédito e ao desejo da China em financiar os setores energético e extrativista ocasionaram o relacionamento financeiro entre o governo chinês e o país latino-americano.

Esse capítulo explicou a China e o Equador enquanto atores financeiros internacionais. Diante dessas explicações, foi possível compreender o contexto de determinação histórica e material de ambos os países. No caso chinês, detecta-se um país em que a vinculação entre as

empresas e o governo é forte, questão marcante, principalmente, com a ação internacional das corporações e bancos estatais, após o Livro Branco de 2008, que está de acordo com a estratégia de adentrar mercados estrangeiros para garantir recursos estratégicos, matéria-prima e recursos energéticos, além de expandir o comércio. Já o Equador, mostrou-se como país periférico determinado por sua condição material de dependência em relação a produtos primários e necessidade de recursos externos para financiamento do projeto de governo de Rafael Correa, em um contexto histórico de crise internacional e fechamento de canais tradicionais de crédito após longo período neoliberal.

3 EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS CHINESES NO GOVERNO RAFAEL CORREA: IMPACTOS NA ECONOMIA EQUATORIANA

Esse capítulo final possui o intuito de explorar o relacionamento financeiro entre China e Equador e suas consequências. Na primeira subseção, detalha-se os tipos de empréstimos e investimentos concedidos ao Equador, com destaque para os valores envolvidos, setores contemplados e os papéis desempenhados por bancos e empresas estatais chineses. Dessa forma, busca-se ilustrar a profundidade da parceria financeira e os setores estratégicos envolvidos. Por fim, na última parte do capítulo, realiza-se uma análise das consequências desse relacionamento financeiro, investigando os efeitos no desempenho econômico do Equador ao longo do período. Essa análise será interpretada à luz da Teoria do Sistema-Mundo, oferecendo uma perspectiva crítica sobre a relação entre Equador e China.

3.1 EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS RECEBIDOS NOS GOVERNOS CORREA

Diante do contexto que antecedeu o início do mandato de Rafael Correa e as medidas adotadas no início do mandato de Rafael Correa que dificultaram o recebimento de empréstimos dos principais organismos internacionais, a China foi a principal parceira financeira do Equador entre 2007 e 2017 (Carriel *et al*., 2022). Essa subseção tem como objetivo expor esse relacionamento entre os países, abordando, inicialmente, os créditos e, posteriormente, os investimentos chineses no período estudado.

Como citado na seção 2.1 da monografia, os contratos financeiros chineses possuem a característica de estabelecer cláusulas de confidencialidade. Dessa forma, as informações a serem analisadas sobre os créditos recebidos pelo governo equatoriano foram obtidas com base em dados numéricos de base de dados, deduções sobre as condicionantes contratuais que os bancos envolvidos costumam estabelecer e análises de autores acerca do assunto.

A análise do financiamento chinês ao Equador revela dois períodos distintos na trajetória de crédito do país. O primeiro período, compreendido entre 2009 e 2014, ocorreu em um contexto de preços elevados das commodities e de acesso limitado aos mercados financeiros internacionais. Nesse intervalo, os empréstimos chineses foram prioritariamente direcionados ao financiamento de grandes projetos do governo equatoriano, sendo condicionados à exportação de petróleo e à contratação de empresas chinesas para execução dos projetos (Benzi; Castro; Zapata, 2018). O segundo período, de 2015 a 2016, foi caracterizado pela queda nos preços do petróleo e pelo retorno do Equador aos mercados financeiros internacionais. Durante

essa fase, os créditos provenientes da China foram obtidos por meio de acordos abrangentes, com o objetivo principal de cobrir déficits no orçamento geral do Estado e saldar dívidas relacionadas a fornecedores de projetos de investimento, incluindo empresas chinesas que participavam diretamente desses projetos (Benzi; Castro; Zapata, 2018).

A tabela a seguir (Tabela 1) apresenta os empréstimos vindos de bancos políticos chineses (definição na seção 2.1) durante o governo de Rafael Correa.

Tabela 1 - Empréstimos chineses ao Equador durante os governos de Rafael Correa (2010-2017)

ANO	TIPO	PROPÓSITO	CREDOR	VALOR (em dólares)
2010	Energia	Barragem hidrelétrica Coca Codo Sinclair	Chexim	$1,7 Bilhão
2010	Energia	Instalação da Fase I: 80% discricionário, 20% de petróleo	CDB	$1,0 Bilhão
2011	Energia	Usina Termelétrica Esmeraldas II	CDB	$50 Milhões
2011	Energia	Parque eólico de Villonaco	CDB	$38 Milhões
2011	Energia	Projeto hidrelétrico de Delsitanisagua	CDB	$185 Milhões
2011	Energia	Projeto hidrelétrico de Quijos	CDB	$96 Milhões
2011	Energia	Barragem de Mazar Dudas	CDB	$42 Milhões
2011	Energia	Hidrelétrica Sopladora	Chexim	$554 Milhões
2011	Infraestrutura	Projeto de segurança ECU-911 (financiamento da Fase II do mecanismo)	CDB	$95 Milhões
2011	Infraestrutura	Projeto de segurança ECU-911 (financiamento da Fase III)	CDB	$152 Milhões
2011	Outro	Instalação da Fase II: Discricionária	CDB	$1,0 Bilhão
2011	Outro	Instalação da Fase III: Parcela discricionária	CDB	$1,8 Bilhão
2012	Infraestrutura	Sistema de controle de inundações de Cañar y Naranjal	BOC	$299 Milhões
2013	Energia	Hidrelétrica Minas-San Francisco (financiamento da Fase II)	CDB	$506 Milhões
2013	Energia	Hidrelétrica Minas-San Francisco (componente independente)	Chexim	$313 Milhões

2013	Infraestrutura	Rodovia Simón Bolívar	Chexim	$81 Milhões
2014	Energia	Sistema de transmissão Coca Codo Sinclair	Chexim	$509 Milhões
2016	Energia	Operações da *PetroEcuador*	ICBC	$970 Milhões
2016	Infraestrutura	Fase IV do mecanismo: financiamento de infraestruturas	CDB	$490 Milhões
2016	Outro	Instalação da Fase IV: Discricionária	CDB	$1,5 Bilhão
2016	Outro	Cidade do Conhecimento Yachay	Chexim	$198 Milhões
2016	Outro	Plano Hidráulico do Aqueduto Santa Elena Etapa 1	CDB	$103 Milhões
2017	Outro	Programa Multissetorial de Investimentos do PROCDB	CDB	$200 Milhões

Fonte: Custer *et al*. (2023) e The Dialogue (2023).
Nota: Essa tabela foi elaborada pelo autor com base em dados do autor e instituição acima indicados.

Durante o período analisado, foram contratados 23 empréstimos, sendo 21 provenientes de bancos políticos chineses e dois de bancos comerciais. Desses, 12 foram direcionados ao setor de energia, cinco para projetos de infraestrutura e seis para outras finalidades. Neste grupo, três empréstimos tiveram uso discricionário, enquanto os demais foram destinados ao desenvolvimento de um hub de tecnologia, à construção de infraestrutura hidráulica e à execução de um plano multissetorial de investimentos com objetivos diversos (The Dialogue, 2023). Os valores totais contratados somaram aproximadamente 5,9 bilhões de dólares para energia, 1,1 bilhão de dólares para infraestrutura e 4,8 bilhões de dólares para outras finalidades (The Dialogue, 2023). É relevante observar que cerca de metade desses créditos foi de uso discricionário ou associados à pré-venda de petróleo (Herrera e Lee, 2017).

Os principais bancos envolvidos foram o CDB, responsável por 15 empréstimos que totalizaram cerca de 7,2 bilhões de dólares, e o *China Eximbank*, que concedeu 6 empréstimos no valor aproximado de 3,3 bilhões de dólares. Adicionalmente, a maior concentração de operações financeiras ocorreu entre 2010 e 2013 (The Dialogue, 2023).

Acerca dos empréstimos realizados por bancos comerciais, apenas duas movimentações são destaque no período. A primeira é o empréstimo destinado ao setor de infraestrutura no projeto “Sistema de controle de enchentes de Cañar e Naranjal” feito pelo *Bank of China* em 2012, no valor de 299 milhões de dólares, aproximadamente. A segunda é o crédito para o setor de energia (óleo e gás) nas “Operações da *PetroEcuado*r” fornecido pela ICBC em 2016, no valor de 970 milhões de dólares (The Dialogue, 2023).

Para fins de estudo, os termos de seis empréstimos, sendo cinco de bancos políticos e um de banco comercial, de valores que ultrapassam um bilhão de dólares cada um, serão analisados a fim de compreender o panorama geral do relacionamento financeiro entre Equador e China no período. Os créditos estudados, com base nos nomes presentes na Tabela 1, são: "Barragem hidrelétrica Coca Codo Sinclair"; "Instalação da Fase I: 80% discricionário, 20% petróleo"; "Instalação da Fase IV: Discricionária"; "Fase IV Facilidade: Financiamento de Infraestrutura"; e "Operações da *PetroEcuador*".

O projeto da usina hidrelétrica Coca Codo Sinclair, com capacidade de 1.500 MW, foi formalizado em 3 de junho de 2010, quando o *China Eximbank* e o Ministério das Finanças do Equador firmaram um contrato de crédito no valor de $1.682.745.000. Os termos do empréstimo incluíam juros anuais de 6,9%, taxa de mora de 1,5%, período de carência de 5,5 anos, vencimento em 15 anos, além de taxas de compromisso e de gestão de 0,4% cada (AidData, 2023c). Como parte do acordo, o mutuário foi obrigado a adquirir um seguro de crédito ao comprador junto à *Sinosure*, empresa estatal chinesa especializada em seguros de crédito à exportação. Os recursos do financiamento foram destinados a cobrir 85% do custo total do contrato EPC, avaliado em $1.979.700.000, firmado entre Coca Codo Sinclair *E.P.* e *Sinohydro Corporation* em 5 de outubro de 2009. Até dezembro de 2016, o empréstimo havia alcançado uma taxa de desembolso de 87,7%, totalizando $1.476.205.953,32 dos $1.682.745.000 contratados (AidData, 2023c).

O empréstimo intitulado "Instalação da Fase I: 80% e 20%" foi um empréstimo no valor de um bilhão de dólares, garantido por petróleo, assinado em 31 de agosto de 2010 pelo Ministério das Finanças do Equador e o CDB. Os termos incluíam uma taxa de juros fixa de 6%, uma taxa de juros de mora de 3%, um período de carência de seis meses e com vencimento em quatro anos (31 de agosto de 2014). Dessa forma, o empréstimo foi totalmente pago no final desse período (AidData, 2023a).

O empréstimo foi dividido em dois componentes: 80% ($800 milhões) de uso discricionário pelo Ministério das Finanças do Equador para financiar projetos de infraestrutura, mineração, telecomunicações, desenvolvimento social ou energia, e 20% ($200 milhões) para compra de bens e serviços de contratantes chineses. O empréstimo foi garantido por um contrato de compra e venda de petróleo entre *PetroEcuador* e *PetroChina*, exigindo que *PetroEcuador* vendesse, durante a validade do acordo, pelo menos 380.000 barris de óleo combustível por mês e 15.000 barris de petróleo bruto por dia para a *PetroChina*. O preço de venda era baseado no preço do petróleo WTI (*West Texas Intermediate*) (AidData, 2023a).

Ademais, os recursos da venda do petróleo eram depositados em uma conta de rendimentos aberta pela *PetroEcuador* no CDB, localizada na China, e regida pela lei chinesa. A *PetroEcuador* não podia fazer retiradas dessa conta, exceto nos termos permitidos pelo Acordo de Gestão de Contas. A CDB tinha o direito legal de deduzir valores da conta para cobrir dívidas do Equador com o banco. A *PetroEcuador* também era obrigada a manter um saldo mínimo em caixa equivalente a 130% do valor principal e juros devidos (AidData, 2023a).

Já os empréstimos de Fase IV são derivados de um montante de cerca de dois bilhões de dólares, acordado em abril de 2016, dividido em uma parte de uso discricionário (parcela A) e outro para infraestrutura em projetos de investimento com envolvimento de contratantes chineses (parcela B) (AidData, 2023b).

A Parcela A, de $1,5 bilhão, tem uma taxa de juros fixa de 7,25% ao ano, período de carência de dois anos, vencimento em oito anos e uma taxa de gestão de 1,3%. A Parcela B, de RMB 3.255.000.000,00 ($503.743.800,00), tem uma taxa de juros fixa de 6,8717% ao ano, taxa de juros de mora de 3%, período de carência de dois anos, vencimento em oito anos e uma taxa de gestão de 26 milhões de dólares. Segundo o acordo, os recursos gerados pela venda de petróleo eram depositados em uma conta de rendimentos aberta no CDB pela *Petroecuador* para a *PetroChina International* e UNIPEC Asia Co. Ltd., onde era necessário manter um saldo mínimo equivalente a 1,3 vezes o valor da próxima parcela e os juros devidos. Uma conta de rendimentos separada, aberta pelo Banco Central do Equador (BCE) no CDB, também foi estabelecida para receber os recursos de contratos de venda não especificados, com exigências de saldo (AidData, 2023b).

Sobre o modelo de empréstimo dos bancos comerciais, destaca-se o exemplo do financiamento intitulado “Operações da Petroecuador”, assinado pela República do Equador em Pequim, com o ICBC. A operação foi estruturada em duas parcelas: a primeira, de 820 milhões de dólares, com desembolso previsto para os dias posteriores à assinatura; e a segunda, de 150 milhões de dólares, liberada posteriormente. Os termos do crédito incluíram uma taxa de juros de 6,2% acrescida da Libor de três meses e vencimento de cinco anos (AidData, 2023d).

Entre 2009 e 2014, a maioria dos contratos firmados entre o Equador e a China seguiu um modelo em que os pagamentos dos empréstimos eram vinculados às exportações de petróleo, principal produto de exportação equatoriano. Esse arranjo comprometeu significativamente a capacidade de comercialização do petróleo no mercado internacional. Os empréstimos apresentavam taxas de juros de curto prazo variando entre 6% e 7,25%, enquanto financiamentos equivalentes concedidos pelo Banco Mundial ofereciam uma taxa anual consideravelmente inferior, de aproximadamente 1,5% (Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

Além disso, os contratos estipulavam penalidades sobre o preço do barril de petróleo equatoriano. Foram aplicados descontos de $1,25 por barril de petróleo Oriente e de $1,35 por barril de petróleo Napo, valores que representavam uma diferença de $1,60 em relação aos preços oferecidos por outros compradores na época (Vela, 2009 apud Carriel; Romero; Sánchez, 2023).

A presença financeira chinesa no Equador também ocorreu através de projetos construções e investimentos no país, mais especificamente, IEDs. De maneira geral, o financiamento envolveu, principalmente, projetos *greenfield* (novos empreendimentos), *Mergers and Acquisitions* (fusões e aquisições) e capital para novos projetos das empresas (Herrera e Lee, 2017). A atuação forte iniciou-se em 2006 com a empresa chinesa *Andes Petroleum* do setor de hidrocarbonetos, que tem a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) e a Sinopec como acionistas, 55% e 45%, respectivamente (China Daily, 2022). Após esse ato inicial, 70 empresas chinesas foram registradas e iniciaram suas operações no país, desde o setor de energia até a prestação de serviços (Salgado, 2014).

Os dados com relação aos investimentos da China no Equador foram obtidos no *China Global Investment Tracker, da American Enterprise Institute* (AEI), com foco nas ações de empresas estatais chinesas. Ademais, utilizou-se a interpretação dos autores Herrera e Lee, contida no estudo "*La relación China-Equador em el siglo XXI: elementos relevantes para la discusión"*, publicado no *Instituto de Altos Estudios Nacionales* do *Centro de Economía Pública y Estudios Estratégicos*. Nas informações da AEI, há a diferenciação entre construções e investimentos, entretanto, deve-se compreendê-los como IED (Herrera e Lee, 2017).

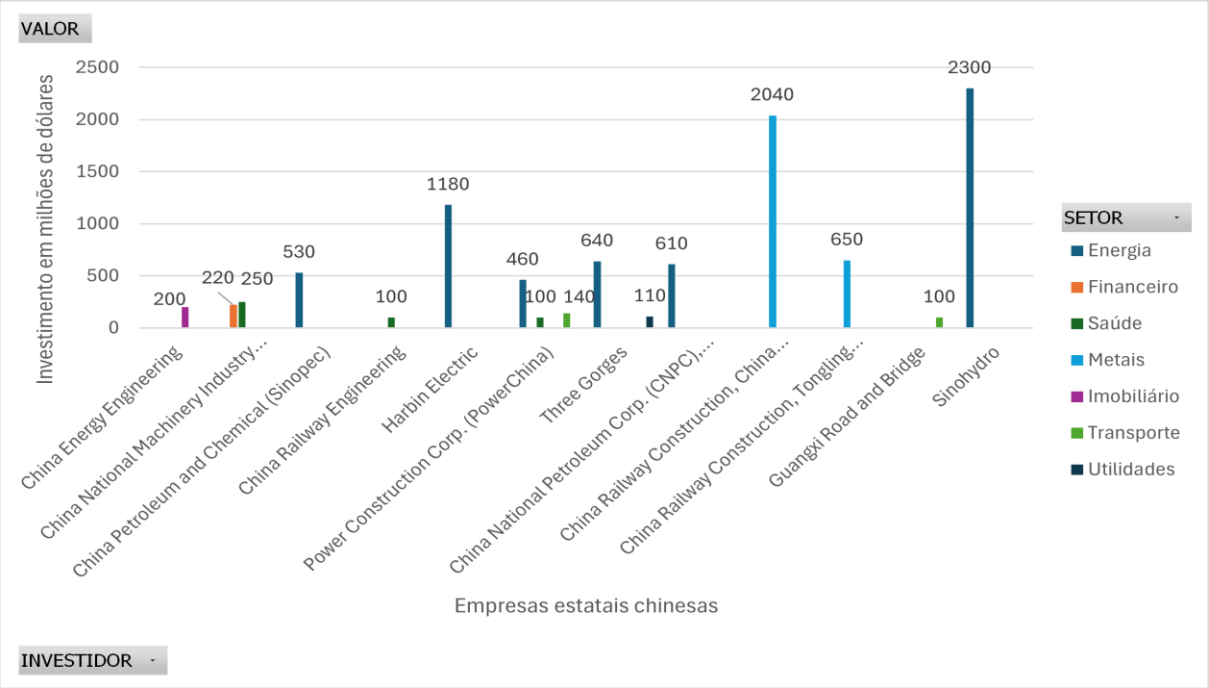
Os investimentos chineses durante o período de Rafael Correa, vindos de empresas estatais, totalizaram 9630 milhões de dólares. Dentre os setores investidos, destaca-se: o de energia com 5720 milhões (59,4%); o de metais com 2690 milhões (27,9%); o de saúde com 450 milhões (4,6%); financeiro com 220 milhões (2,3%); de transportes com 240 milhões (2,5%); o imobiliário com 200 milhões (2,1%); e o definido como utilidades com 110 milhões (1,1%). Adicionalmente, os maiores montantes ocorreram nos anos de 2010, 2013 e 2014 e os maiores investidores foram: *Sinohydro* (2300 milhões do setor de energia); a *China Railway Construction Corp*. (CRCC) em conjunto com a *China Nonferrous* (2040 milhões na mineração); a CRCC com a *Tongling Nonferrous* (650 milhões na mineração); e a *Harbin Electric* (1180 milhões em energia) (AEI, 2024).

Tabela 2 - Investimentos de empresas estatais chinesas ao Equador durante os governos de Rafael Correa (2010-2016)

ANO	MÊS	INVESTIDOR	SETOR	VALOR (milhões de dólares)	TIPO
2010	Dezembro	*Three Gorges*	Energia	250	Construção
2010	Junho	*Sinohydro*	Energia	2300	Construção
2010	Novembro	*China National Petroleum Corp. (CNPC), China Petroleum and Chemical (Sinopec)*	Energia	610	Investimento
2010	Janeiro	*China Railway Construction, Tongling Nonferrous*	Metais	650	Investimento
2010	Outubro	*Guangxi Road and Bridge*	Transporte	100	Construção
2011	Dezembro	*Harbin Electric*	Energia	480	Construção
2011	Dezembro	*Harbin Electric*	Energia	100	Construção
2011	Outubro	*Power Construction Corp. (PowerChina)*	Energia	220	Construção
2013	Janeiro	*Three Gorges*	Energia	390	Construção
2013	Julho	*Harbin Electric*	Energia	600	Construção
2013	Fevereiro	*China National Machinery Industry (Sinomach)*	Saúde	250	Construção
2014	Fevereiro	*Power Construction Corp. (PowerChina)*	Energia	240	Construção
2014	Junho	*China Railway Construction, China Nonferrous*	Metais	2040	Investimento
2014	Setembro	*Power Construction Corp. (PowerChina)*	Transporte	140	Construção
2015	Janeiro	*China Petroleum and Chemical (Sinopec)*	Energia	530	Investimento
2015	Setembro	*China National Machinery Industry (Sinomach)*	Finanças	220	Construção
2015	Novembro	*China Energy Engineering*	*Real estate*	200	Construção
2016	Fevereiro	*Power Construction Corp. (PowerChina)*	Saúde	100	Construção
2016	Novembro	*China Railway Engineering*	Saúde	100	Construção
2016	Junho	*Three Gorges*	Utilidades	110	Construção

Fonte: AEI (2024).
Nota: Essa tabela foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Figura 1 - Investimentos das empresas estatais chinesas no Equador por setores



Fonte: AEI (2024).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Muitas dessas empresas, como dito anteriormente, participaram da realização de obras que foram financiadas pelos empréstimos obtidos pelo Equador com a China. Na construção da *Coca Codo Sinclair*, além da ação da *Sinohydro*, já citada, a *Harbin Electric* também participou, fornecendo equipamentos eletromecânicos (Power Technology, 2020).

Diante do exposto nesta subseção, percebe-se que, entre 2007 e 2017, a China tornou-se o principal parceiro financeiro do Equador devido às dificuldades do país para acessar mercados internacionais e crédito multilateral. Essa relação teve duas fases: de 2009 a 2014, com empréstimos atrelados à venda de petróleo e à contratação de empresas chinesas para grandes projetos; e de 2015 a 2016, com créditos focados na cobertura de déficits fiscais durante a crise petrolífera.

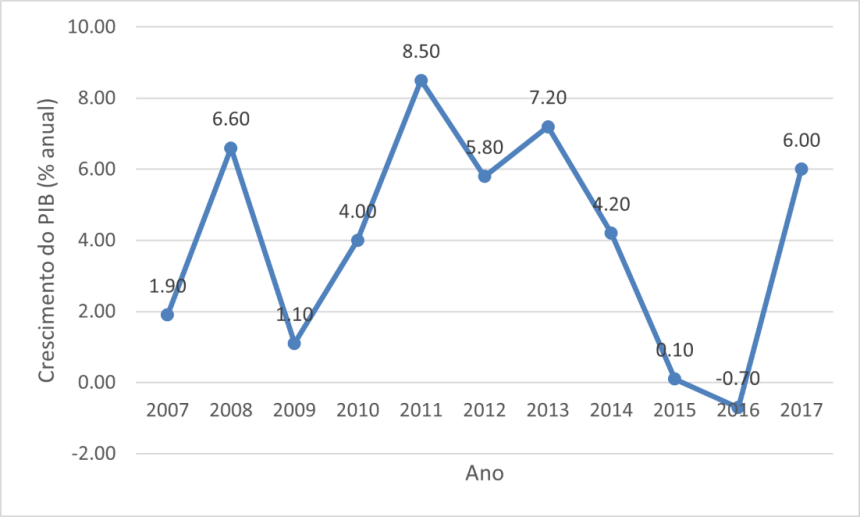
Ao todo, foram captados 23 empréstimos, totalizando 11,9 bilhões de dólares, principalmente vindos dos bancos CDB e *China Eximbank*, com juros elevados em comparação com os praticados por organismos, como o Banco Mundial, e com cláusulas que abrangem desde exigências de confidencialidade até a vinculação dos pagamentos à venda de petróleo. Por fim, paralelamente, a China investiu 9,6 bilhões de dólares no Equador, especialmente em energia e mineração, fortalecendo a presença de empresas estatais chinesas e destacando a relevância do relacionamento financeiro entre ambas as nações.

3.2 IMPACTOS DOS EMPRÉSTIMOS E INVESTIMENTOS PARA O EQUADOR

Diante dos empréstimos e investimentos recebidos da China e suas importâncias para a política de desenvolvimento do governo de Rafael Correa, é importante analisar os resultados econômicos do mandato (2007-2017). Essa análise é pertinente, pois a necessidade da Revolução Cidadã de aumentar os gastos públicos, aliada à escassez de capital para investimentos e à presença da China como principal credora do período, permite relacionar o desempenho econômico do Equador aos créditos chineses. Em um primeiro momento, são destacados os dados macroeconômicos equatorianos e o relacionamento comercial com a China no período a fim de compreender o desempenho geral. Posteriormente, a análise, à luz da Teoria Marxista e da Teoria de Wallerstein, aborda os prejuízos e benefícios da relação financeira entre os Estados.

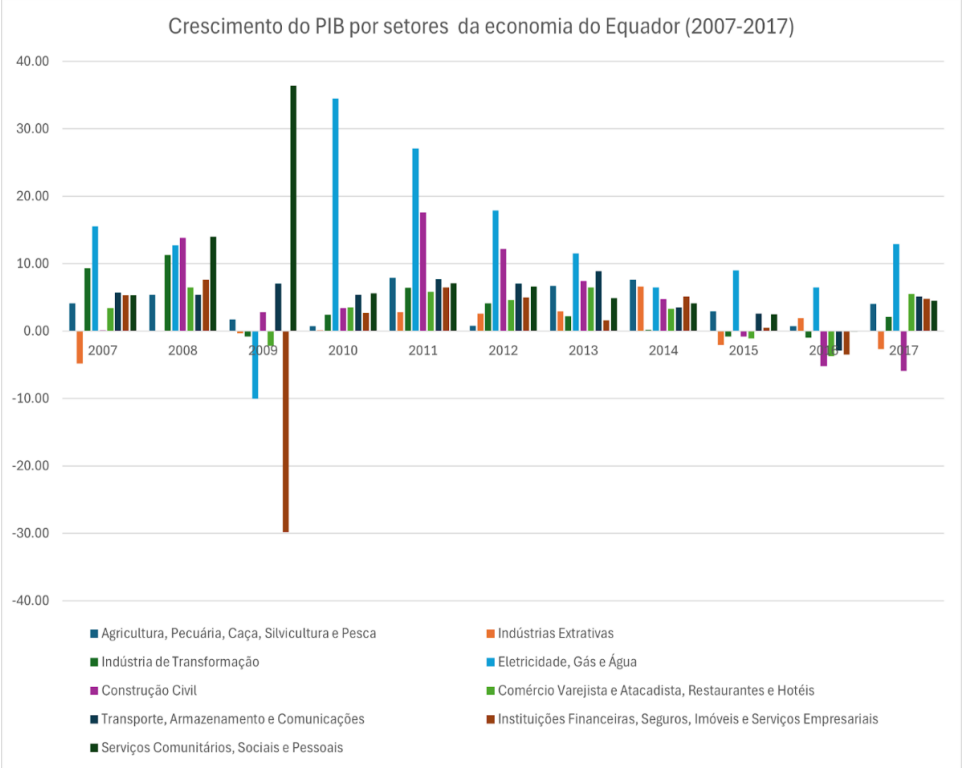
Durante o período analisado, o Produto Interno Bruto (PIB) do Equador cresceu de 51.007,8 milhões de dólares em 2007, com um aumento anual de 2,5%, para 91.802,2 milhões de dólares em 2016, ano final do governo de Rafael Correa, quando registrou um crescimento anual de -1,6%. O maior incremento do PIB ocorreu em 2011, com um aumento de 7,9%, além de 6,2% per capita (Cepal, 2009; 2018) O crescimento médio do período foi de 3,34% ao ano. Além disso, ao se analisar o crescimento do produto interno por setores, percebe-se predominância do setor de Eletricidade, Gás e Água (Cepal, 2009; 2018). Os gráficos a seguir apresentam o crescimento do PIB e sua análise por setores no período.

Figura 2 - Crescimento anual do PIB do Equador de 2006 a 2017 (em porcentagem)



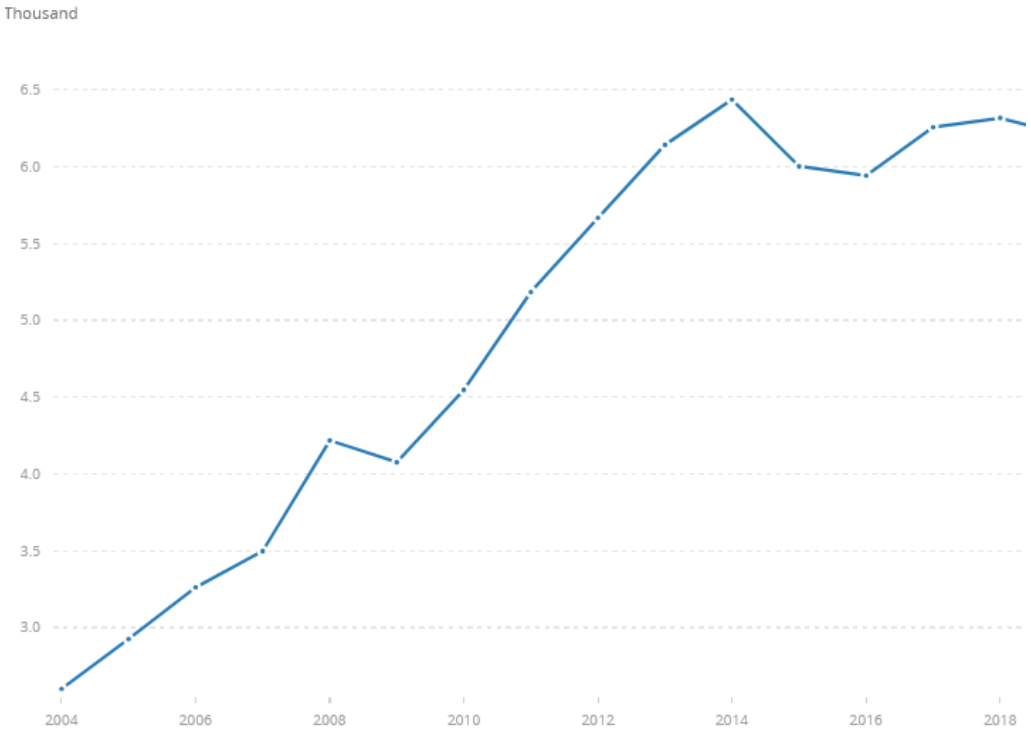
Fonte: Banco Mundial (2024a).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Figura 3 - Crescimento do PIB por setores da economia do Equador (2007-2017)



Fonte: Cepal (2009; 2018).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Figura 4 - PIB per capita do Equador, em milhares de dólares (2004-2018)



Fonte: Banco Mundial (2024d).

Os dados do PIB do Equador demonstram a permanência do setor de energia como a principal força motora da economia. Percebe-se, ao se analisar os gráficos, que o país possuiu taxas de crescimento superiores às do período anterior, 2004 - 2007, mas que ocorreu sobretudo entre 2009 e 2014, com queda de crescimento e estagnação após esse intervalo. Esse fator é positivo, sobretudo considerando que a crise de 2008, aparentemente, não afetou no médio e longo prazo, causando quedas apenas no ano do evento.

As exportações de bens caíram de 19.147 milhões de dólares para 17.425 milhões de dólares, sendo o pico em 2014, com 26.596 milhões de dólares. As importações também diminuíram, passando de 17.786 milhões de dólares para 15.858 milhões, com o maior valor registrado em 2014, de 26.660 milhões de dólares (Cepal, 2009; 2018). Nesse contexto, a balança comercial apresentou uma mudança numérica modesta.

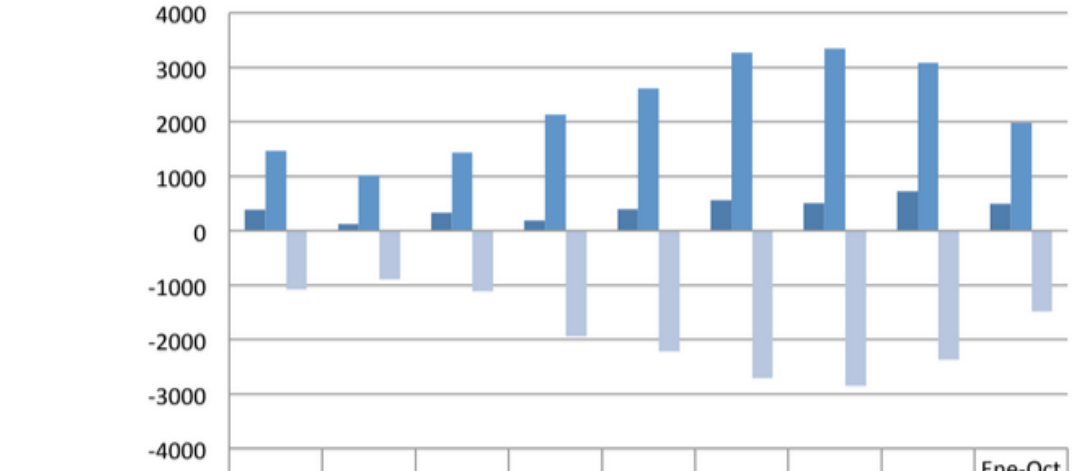
Em 2007, os principais destinos das exportações equatorianas foram: Estados Unidos (40,40%), Peru (9,92%), Chile (4,52%) e Colômbia (4,36%). A China tinha somente 0,29%do total. Ademais, o Equador exportou petróleo bruto (49,50%), bananas (12,50%) petróleo refinado (5,13%) e peixe processado (4,05%). Sobre o petróleo, Estados Unidos (60,60%), Peru (17,30%) e Chile (7,26%) se destacavam como principais compradores em 2007, com a China representando somente 0,13%. Sobre as importações, o Equador importou: petróleo refinado (9,36%), óleo de alcatrão de hulha (4,72%), gás petróleo (4,51%) e carros (4,23%). Esses produtos tiveram como origens principais: Estados Unidos (27,40%), China (17,10%), Panamá (13,80%) e Chile (3,71%) (OEC, 2022b).

Acerca do comércio em 2017, o Equador exportou, principalmente: petróleo bruto (32%), banana (16,6%), crustáceos (15,4%) e peixe processado (5,92%). Os destinos foram: Estados Unidos (30,2%), Vietnam (7,39%), Peru (6,8%) e Chile (6,41%). A China importou somente 3,96% das exportações equatorianas (OEC, 2022a). Produtos de alta tecnologia, considerados um indicador de desenvolvimento econômico, não apresentaram crescimento consistente, variando entre 3% e 9% das exportações totais no período estudado (Banco Mundial, 2024c). Ademais, os maiores importadores do petróleo bruto equatoriano foram: Estados Unidos (54,4%), Chile (15,6%), Peru (15,6%) e China (5,37%). Já as importações do país ficaram centradas em petróleo refinado (12%), óleo de alcatrão de hulha (5,16%), carros (4,29%) e medicamentos embalados (2,67%). Esses produtos foram originados de: Estados Unidos (21,9%), China (17,4%), Colômbia (7,26%), Panamá (4,48%) e Brasil (4,18%) (OEC, 2022a).

No relacionamento comercial especificamente com a China, além das informações citadas anteriormente, o total de importações do Equador vindos do país asiático foi de 3,56

bilhões de dólares em 2017, sendo os produtos das seguintes categorias: máquinas elétricas e eletrônicas (19,7%); máquinas, aparelhos mecânicos e peças (16,9%); automóveis, tratores, caminhões e suas peças (10,9%); e ferro e aço (7,51%). Já as exportações equatorianas foram: petróleo bruto (43,5%); crustáceos (14,4%); banana (8,67%); farinhas e pellets animais (8,44%); e minério de metais preciosos (8,41%) (OEC, 2022a). Ao comparar com 2007, embora haja diferenças nas porcentagens, os principais produtos da relação entre os países são os mesmos nas exportações chinesas. Entretanto, o que foi exportado pelo Equador se modificou, pois, em 2007, ele exportava, em primeiro lugar, artigos de cobre (OEC, 2022b). Além disso, o déficit comercial equatoriano com a China aumentou significativamente (Benzi; Castro; Zapata, 2018), como visto na imagem a seguir (Figura 5).

Figura 5 - Balança comercial do Equador no relacionamento com a China de 2008 a 2016



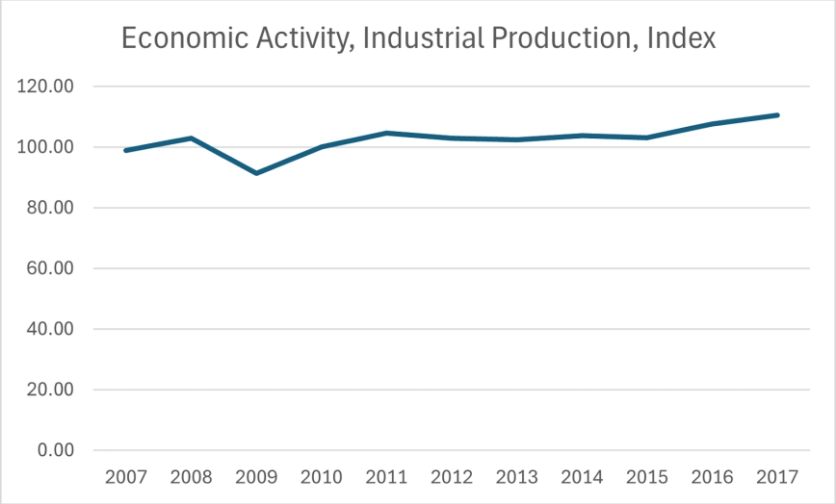
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Ene-Oct 2016
Exportaciones	384,71	122,48	328,73	190,9	391,69	565,44	501,73	723,01	490,62
Importaciones	1464,19	1016,62	1438,44	2129,77	2609,11	3270,48	3346,16	3087	1975,92
Balanza comercial	-1079,48	-894,14	-1109,71	-1938,87	-2217,42	-2705,04	-2844,43	-2363,99	-1485,30

Fonte: Benzi; Castro; Zapata (2018).

A produção industrial é outro elemento importante para compreender a produtividade e desenvolvimento do Equador. Para isso, adota-se o indicador do FMI intitulado “Índice de Produção Industrial” (*Industrial Production Index* - IPI), que representa a produção real nas indústrias de manufatura, mineração, eletricidade e gás, em comparação com um ano-base, avaliando, também, a capacidade produtiva sustentável e a utilização da capacidade. Os dados do Equador têm como referência o ano-base de 2010 e indicam, entre 2007 e 2017, uma tendência clara de crescimento a partir de 2010, alcançando 110,57 em 2017 (FMI, 2024).

Ao observar a Figura 6, percebe-se que, nos primeiros anos, entre 2007 e 2008, o índice aumentou de 98,96 para 102,98, refletindo crescimento na atividade industrial. No entanto, de 2008 a 2009, há uma queda acentuada para 91,41, provavelmente devido aos efeitos da crise econômica global. Em 2010, o índice é fixado em 100, estabelecendo a base para os anos seguintes. Entre 2011 e 2014, o IPI apresentou um crescimento contínuo, subindo para 103,79 em 2014, o que indica uma recuperação significativa da atividade industrial. Em 2015, o índice registrou uma leve queda para 103,10, sugerindo uma possível estagnação na produção. Contudo, de 2016 a 2017, o IPI se recupera, aumentando de 107,71 para 110,57, sinalizando um fortalecimento da produção industrial nesse período (FMI, 2024).

Figura 6 - Índice de Produtividade Industrial do Equador de 2007 a 2017



Fonte: FMI (2024).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Diante dos dados comerciais e produtivos, percebe-se que os investimentos e empréstimos não geraram alterações na balança comercial do Equador. O indicador de produtividade e de exportação de produtos de alta tecnologia, demonstram melhorias numéricas, porém, não expressivas o suficiente para indicar crescimento constante e estável, o que demonstra ausência de reformas estruturais significativas. O país continuou exportando produtos primários, principalmente o petróleo, e importando produtos de maior valor agregado, como maquinários e tecnologias. Além disso, a distribuição do PIB por setores demonstra a permanência do setor de energia como principal motor da economia.

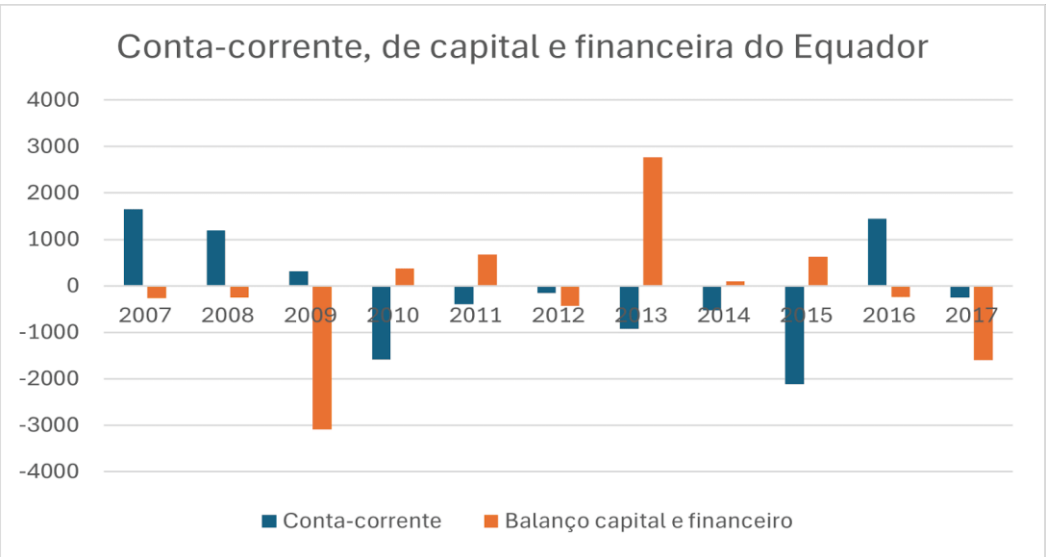
A permanência do país em uma posição de exportador de produtos primários demonstra que o objetivo do planejamento de Rafael Correa em torno de desenvolver o país ao ponto de reduzir a dependência em relação a agentes externos não foi alcançado. Dessa forma, percebe-

se que o país permaneceu com ausência de um modelo de desenvolvimento capaz de alterar as suas estruturas produtivas (Carriel; Romero; Sánchez, 2023). Assim, o Equador permaneceu em situação de dependência internacional.

Outro aspecto relevante para compreender o desempenho econômico equatoriano é a balança de pagamentos, calculada pela soma da conta corrente com as contas capital e financeira. O balanço geral, em porcentagem do PIB, variou entre -2,32% e 3,78% (FRED, 2024), apresentando média de 0,11%. Em relação à conta corrente, o saldo variou entre 1650 milhões de dólares em 2007 e -2111 milhões de dólares, ocorrido em 2015, média de -122,27 milhões. Acerca do saldo de capital e financeiro, o Equador possui máximo de 2767 milhões de dólares (2013) e mínimo de -3091 milhões de dólares (2009), com média de -121,82 milhões de dólares aproximadamente (Cepal, 2009; 2018).

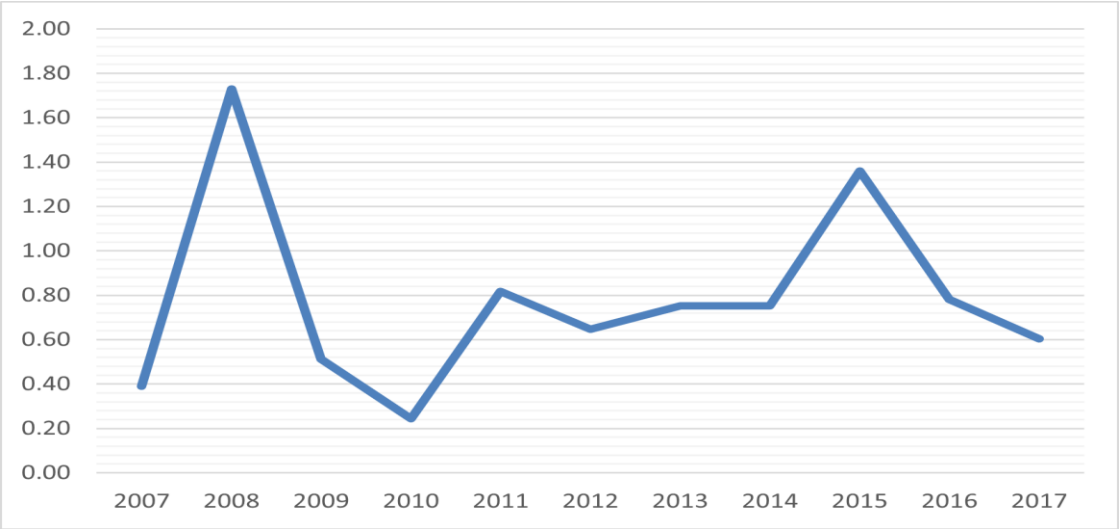
Dentre os fatores de influência financeira, destaca-se a entrada de Investimentos Externos Diretos, fator que pouco se alterou em termos de % do PIB do país (Banco Mundial, 2024e), o que demonstra que os fluxos não foram constantemente crescentes e suficientes para evitar a redução das reservas equatorianas que ocorreu pelo déficit do período. Os valores de conta corrente e das contas capital e financeira, assim como o IED, são observados nas seguintes imagens.

Figura 7 - Saldo das contas corrente, de capital e financeira do Equador durante governos de Rafael Correa (2007-2017)



Fonte: Cepal (2009; 2018).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

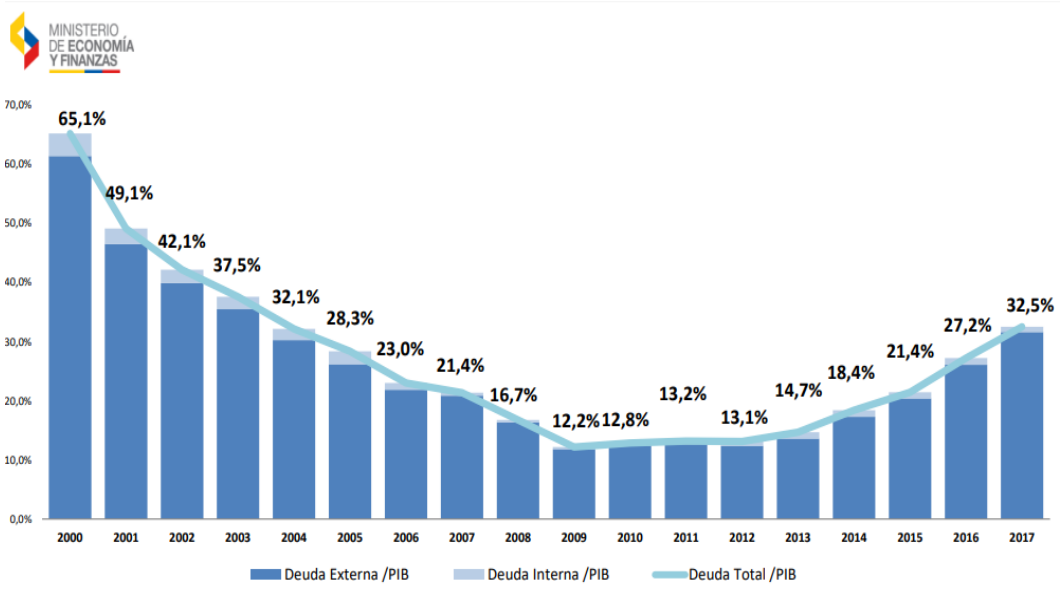
Figura 8 - Entrada de Investimento Externo Direto no Equador de 2007 a 2017 (em porcentagem do PIB)



Fonte: Banco Mundial (2024e).
Nota: Essa figura foi elaborada pelo autor com base em dados da instituição acima indicada.

Por fim, os dados de endividamento do governo equatoriano devem ser analisados. Em 2007, a dívida externa era de 10.632,70 milhões de dólares (20,8% do PIB), enquanto, em dezembro de 2017, atingiu 31.749,8 milhões de dólares (31,6% do PIB). Os maiores devedores são o governo e a PETROECUADOR, sendo a empresa a que apresentou o maior aumento percentual no período, 882,1% (Equador, 2017).

Figura 9 - Dívida Pública do Equador de 2000 a 2017 (em porcentagem do PIB)



Fonte: Subsecretaria de Financiamento Público do Governo do Equador (2017).

A dívida analisada nesta monografia é classificada em dois grupos principais: multilateral e bilateral. No período de 2007 a 2017, o endividamento multilateral aumentou de $4.742,30 milhões para $8.487,60 milhões, com destaque para os compromissos financeiros assumidos junto ao BID e ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O segundo variou de 1684,90 milhões de dólares para 9716,7 milhões de dólares, em que 7.547,1 milhões (23,8% do total) eram unicamente com a China (Equador, 2017). A dívida bilateral equatoriana pode ser analisada na tabela a seguir.

Tabela 3 - Dívida Bilateral do Equador em dezembro de 2017

PAÍS	CONTRATOS ORIGINALES	CLUB DE PARÍS	TOTAL	PORCENTAJE %
ALEMANIA	24,5	4,0	28,5	0,1
ARGENTINA	-	-	-	-
AUSTRIA	22,7	-	22,7	0,1
BELGICA	6,4	-	6,4	0,0
BRASIL	184,3	-	184,3	0,6
CANADA	-	3,2	3,2	0,0
DINAMARCA	-	-	-	-
ESPAÑA	417,5	2,7	420,2	1,3
ESTADOS UNIDOS - USA	526,5	11,0	537,5	1,7
FRANCIA	268,7	12,8	281,5	0,9
ISRAEL	-	25,2	25,2	0,1
ITALIA	4,2	39,8	44,0	0,1
JAPON	65,6	12,6	78,1	0,2
LUXEMBURGO	217,6	-	217,6	0,7
R. DE KOREA	51,2	-	51,2	0,2
R.P. DE CHINA	7.547,1	-	7.547,1	23,8
REINO UNIDO	122,0	11,3	133,4	0,4
RUSIA	135,7	-	135,7	0,4
DEUDA BILATERAL Y BANCOS	**9.594,09**	**122,6**	**9.716,7**	**30,6**
DEUDA MULTILATERAL			**8.487,6**	26,7
BONOS BRADY, GLOBAL Y SOBERANOS, PROVEEDORES			**13.545,5**	42,7
TOTAL DEUDA PÚBLICA EXTERNA			**31.749,8**	**100,0**

Fonte: Subsecretaria de Financiamento Público do Equador, 2017

A permanência do Equador como país dependente é evidenciada tanto pelas estatísticas de comércio quanto pelo balanço de pagamentos e pelo endividamento externo. Apesar do recebimento de recursos externos, o governo equatoriano apresentou déficits na conta corrente e nos saldos de capital e financeiro, o que resultou na redução das reservas e na manutenção da necessidade de empréstimos internacionais, agravando-se com o aumento do endividamento durante o governo de Rafael Correa.

Embora diversos pontos negativos tenham sido salientados, é importante destacar que o governo de Correa desenvolveu avanços em educação, saúde, energia, renda e crescimento econômico, segundo Menon e Iglecias (2022). Esses pontos são, em parte, demonstrados pelo aumento do PIB, pela redução da inflação e pela queda da taxa de desemprego.

As taxas de desemprego caíram de 6,9% em 2007 para 4,6% em 2017, variando entre 4,7% e 8,5% no período e apresentando média de 6,2%. Esse desempenho representou uma melhora em comparação com o período de 2000 a 2006, quando o desemprego médio foi de 9,88%. Sobre a inflação acumulada no período do governo do Rafael Correa, ela foi de 47,77% nos preços do consumidor e de 9,9% ao produtor. O que representou grandes melhoras em relação ao período anterior de 2000 a 2006, em que as variações para consumidores e produtores foram de 193,36% e 160,31%, respectivamente (Cepal, 2009; 2018).

Por fim, é necessário abordar o impacto ambiental, um dos pilares do modelo econômico proposto por Rafael Correa, que enfatizava o desenvolvimento sustentável. Entretanto, ao considerar as obras realizadas entre 2007 e 2017, percebe-se que a sustentabilidade não esteve de acordo com o discurso de maneira geral. Além da exploração petrolífera em áreas de preservação ambiental, como o caso do Parque Nacional *Yasuní*, ocorreram construções equatorianas financiadas pela China de impacto ambiental. Acerca disso, destaca-se as plantas hidrelétricas de Delsitanisagua e de Minas San Francisco, hidrelétricas de Mazar-Dudas e Quijos, e a estrada Simón Bolívar construídas em locais de potenciais habitats críticos. Ademais, as linhas de transmissão de energia e a usina hidrelétrica Coca Codo Sinclair localizam-se em áreas habitadas por povos indígenas, consideradas de proteção nacional e com potenciais habitats críticos. Por fim, a planta da Paute-Sopladora está em local de proteção nacional e de potenciais habitats críticos (BU, 2023).

Os empréstimos chineses desempenharam um papel positivo ao permitir que o Equador enfrentasse as restrições de financiamento interno e externo observadas no início do governo de Rafael Correa (Herrera e Lee, 2017). Conforme mencionado, o modelo de desenvolvimento promovido pelo presidente demandava substancial aporte financeiro para viabilizar uma forte atuação estatal na economia, com o objetivo de estimular a oferta por meio do crescimento da demanda e do consumo (Herrera e Lee, 2017). No entanto, os projetos financiados não objetivaram a diversificação produtiva do Equador, o que o manteve em condição de dependência internacional, além de não estarem de acordo com o discurso de sustentabilidade da Revolução Cidadã. O que antes era uma dependência em relação aos EUA, pelo fator comercial, e às organizações financeiras internacionais, passou a incluir a China nas dinâmicas de trocas desiguais, endividamento e agressão ao meio ambiente.

O aumento dos gastos governamentais foi evidente no período, atingindo 24,1% do PIB, em contraste com os 17,97% registrados entre 2000 e 2006 (Cepal, 2009; 2018). O déficit das contas públicas foi aumentado, mas não ocorreu na mesma proporção do crescimento dos gastos (Cepal, 2009; 2018), o que demonstra que os ganhos do país aumentaram. Entretanto, o objetivo

do presidente de diversificar as relações comerciais e financeiras ficou limitado à China, haja visto os baixos relacionamentos com outros países, como visto no quadro do Ministério de Economia e Finanças do Equador.

Diante das estatísticas econômicas e contratos, é possível afirmar, inclusive, que a dependência equatoriana do petróleo foi aumentada e modificada. Essa fonte energética, além de ser o principal produto exportado, tornou-se meio de pagamento de algumas dívidas do país com a China. Além disso, segundo Benzi, Castro e Zapata (2018), 25% da produção petrolífera do Equador passaram a ser controladas por empresas chinesas, fato prejudicial ao país latino por ser uma área estratégica.

Ademais, no contexto da dependência do Equador durante o governo de Rafael Correa, destaca-se que, além de permanecer na periferia do sistema-mundo, o país também ocupa a "periferia da relação" com a China. O endividamento bilateral com os bancos chineses foi acompanhado por trocas comerciais mais desiguais, aumentando o déficit equatoriano. Outrossim, a entrada de empresas chinesas, principalmente em áreas estratégicas da economia como a energética, constitui uma barreira para o desenvolvimento das empresas nacionais, pois são grandes corporações que atuam apoiadas pelo governo asiático. Como defendido pela teoria de Wallerstein (2006), economia e política são áreas indissociáveis e essa coordenação da ação do Estado com os atores econômicos objetiva ampliação da monopolização e, consequentemente, dos lucros. Governos de alta burocratização, a exemplo da China, possuem alta capacidade de proteger as empresas nacionais e impor-se internacionalmente.

Diante da análise dos investimentos e empréstimos chineses, além dos dados econômicos equatorianos, é possível posicionar a China enquanto país central, ainda que apenas no relacionamento com o Equador. Embora houvesse, no contexto do caso analisado, a ausência da capacidade de influenciar e estruturar sistemas internacionais em escala global, o posicionamento como centro na interação com o governo equatoriano é detectado ao perceber a atuação como credor no sistema-mundo, sua projeção internacional em conjunto com suas empresas para satisfazer interesses estratégicos, o controle de parte da produção energética do Equador e exportação de bens, como maquinários e tecnologias. Entretanto, deve-se salientar que o relacionamento entre esses países é de interdependência, como defendido por Wallerstein (2006) ao analisar a divisão centro-periferia, pois, enquanto a China alcançou seus interesses econômicos, o Equador obteve capital externo para realizar o projeto político de Rafael Correa.

Embora os empréstimos e investimentos tenham gerado melhorias ao país do ponto de vista, principalmente, da renda, energia e emprego, as questões que sobressaem, a partir da teoria de Wallerstein, estão relacionadas ao posicionamento econômico do Equador no sistema-

mundo. Detecta-se que objetivos centrais do modelo político-econômico de Rafael Correa acerca da superação das lógicas do liberalismo, da degradação ambiental e da dependência externa não foram adequadamente alcançados.

Conclui-se que a geocultura foi reforçada pelo relacionamento entre China e Equador. Embora algumas questões tenham sido questionadas com medidas como o aumento dos gastos públicos, combate à desigualdade interna e captação de crédito de fonte distinta das principais instituições internacionais, o balanço geral reflete a permanência do país latino como exportador de matérias-primas e dependente internacionalmente. A divisão do trabalho do sistema-mundo foi reforçada pelo foco no extrativismo e comércio exterior, com investimentos e políticas econômicas focadas em vantagens comparativas. O Equador permaneceu dependente de capital externo e com reduções de suas reservas devido ao comércio desfavorável e endividamento, dessa vez, também com a China.

Este capítulo analisou os empréstimos e investimentos chineses e o desempenho econômico do Equador durante os governos Correa, evidenciando que o plano de desenvolvimento esteve atrelado ao extrativismo e ao setor energético, com o petróleo desempenhando papel central tanto como mercadoria de exportação quanto como meio de pagamento de dívidas. Além disso, embora questões positivas tenham sido destacadas no período, como o controle da inflação e melhoria de qualidade de vida, fatores referentes ao posicionamento equatoriano no sistema-mundo indicam ação governamental centrada em seus produtos primários, permanecendo a estratégia das vantagens comparativas existente na geocultura preenchida predominantemente por práticas liberais, e o aumento do endividamento externo, ampliando a dependência de capitais estrangeiros e do petróleo. Os objetivos da Revolução Cidadã, vistos no capítulo anterior, dessa forma, não foram alcançados de forma plena ao longo de todo o período. O contraste entre o discurso e suas iniciativas iniciais e as práticas do restante do governo são notórias.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi examinar os impactos e efeitos das estratégias de crédito e de investimentos adotadas pelos governos de Rafael Correa. Na análise desenvolvida com base na Teoria do Sistema-Mundo, buscou-se compreender se o relacionamento com a China propiciou o desenvolvimento do Equador de maneira a melhorar seu posicionamento na periferia do sistema-mundo ou se foi um reforço de sua característica dependente.

No primeiro parágrafo do estudo, os princípios teóricos da Teoria Marxista de Relações Internacionais e da Teoria do Sistema-Mundo foram expostos. O Marxismo nas RI oferece uma perspectiva norteadora para interpretar o sistema capitalista, definido como fundamentado em relações sociais marcadas por assimetrias de poder, causadoras de lutas de classes, que devem ser analisadas considerando os contextos materiais e históricos. Além disso, o Estado é entendido como manifestação dos interesses das classes dominantes, evidenciando uma interdependência intrínseca entre as esferas pública e privada.

Diante disso, a Teoria do Sistema-Mundo aplica essas definições ao cenário internacional adicionando os conceitos de sistema-mundo, geocultura, centro, semiperiferia e periferia. Segundo Immanuel Wallerstein, o sistema internacional deve ser compreendido a partir de sistemas históricos em que se destacam os sistemas mundiais, definidos como sistemas mais complexos na divisão do trabalho, abrangendo amplas zonas espaciais e temporais, compostos por diversas unidades políticas e culturais integradas por atividades e instituições regidas por regras sistêmicas. A partir desse conceito, Wallerstein definiu que o sistema global, desde o século XVI, é uma economia-mundo, o qual se caracteriza pela ausência de estrutura política unitária e de homogeneidade política e cultural, tendo coesão devido a processos econômicos, políticos e culturais, com destaque à divisão social do trabalho.

A geocultura surge como conceito definidor de um conjunto de características, comportamentos, valores e crenças do sistema-mundo, sendo desenvolvida intelectualmente e ideologicamente a fim de justificar e propiciar a expansão do sistema. Seus elementos refletem contradições embasadas, principalmente, em universalismo, ocidentalização, machismo e racismo estrutural, e serve como justificativa para expropriações e desigualdade. Sobre isso, é um aparato para perpetuar estruturas dominantes, buscando manter relações desiguais entre dominante e dominado, seja no interior dos países, seja no campo internacional na divisão de centro e periferia. A definição se um país é central ou periférico segue a lógica da lucratividade dos processos econômicos, com destaque à industrialização e ao grau de monopolização.

Aqueles que detêm atividades econômicas centrais são beneficiados pelas trocas desiguais com os da periferia do sistema-mundo.

A partir dessas definições, China e Equador, países de centro ou semiperiferia e periferia, respectivamente, foram analisados separadamente no capítulo 2 deste trabalho. Acerca do ator asiático, detecta-se um Estado fortemente industrializado com aproximação significativa entre governo e empresas, fator que determina a ação externa das corporações e bancos estatais. Além disso, a China intensificou a atuação na América Latina, sobretudo após 2008, com o interesse comercial e de garantia de matéria-prima e recursos energéticos. Percebe-se a estratégia chinesa a partir das áreas investidas pelo país, que foram, predominantemente, energia e setor extrativista.

Outro ponto abordado sobre a China é a sua política de empréstimos, compreendida a partir dos contratos. Sobre eles, percebe-se a presença de cláusulas, como: cláusulas de confidencialidade, exigências de contas especiais vinculada, cláusula "*No Paris Club*", cláusulas de "cross-default", imposição da contratação de empresas chinesas ou o uso de pelo menos 50% de bens e serviços provenientes da China, além de garantias em contratos separados de compra e venda. Assim, embora não haja condicionantes diretas acerca das políticas macroeconômicas dos países, os bancos estatais chineses buscam ao máximo evitar a inadimplência e alcançar os objetivos de seu Estado, como a maior atuação internacional das empresas públicas. Essas questões indicam a possibilidade de a China ser definida como país central na relação com o Equador, algo que foi melhor explorado no capítulo 3 deste trabalho.

O Equador, por sua vez, é definido como periférico, diante da condição de exportador de matéria-prima e da dependência de crédito internacional para investimentos no país. Abordou-se os antecedentes de governos neoliberais em que o aumento do endividamento, a dificuldade de controle da inflação e a queda da produtividade industrial foram marcantes. Diante do contexto dependente internacionalmente, Rafael Correa assumiu a presidência em 2007 com o discurso de desenvolver o país através de sua política intitulada de Revolução Cidadã, caracterizada pela oposição ao neoliberalismo e defesa do “socialismo do século XXI”, sendo elaborada segundo as seguintes estratégias: forte atuação do Estado, política fiscal expansionista, política social inclusiva, política comercial de diversificação de mercados e política produtiva de fortalecimento do “setor real” da economia. Devido à necessidade de capital externo para investir na economia, porém, com o problema do fechamento dos canais tradicionais de empréstimo por causa da crise de 2008 e da reestruturação do endividamento realizada por Correa, a China foi a alternativa para a captação desses recursos externos.

Em seguida, no capítulo 3, os empréstimos e financiamentos chineses foram analisados. Os créditos e investimentos, no geral, foram centrados no setor de energia e de metais, refletindo a tendência dos relacionamentos da China na América Latina, e foram, em um primeiro momento (2009-2014), atrelados à venda de petróleo e à contratação em empresas chinesas em grandes projetos e, em um segundo momento, à cobertura de déficits fiscais do Equador.

Diante do modelo da Revolução Cidadã e do capital externo recebido pelo Equador, torna-se relevante compreender as consequências do relacionamento financeiro do país com a China a partir do desempenho econômico do governo de Rafael Correa. Os empréstimos e investimentos chineses no Equador não resultaram em mudanças estruturais significativas na balança comercial do país. Comparado a 2007, embora as exportações chinesas tenham mantido padrões semelhantes, a composição das exportações do Equador alterou-se ao longo do período, destacando a predominância do petróleo como principal produto exportado. Sobre esse produto, inclusive, foi possível destacar que a dependência equatoriana se intensificou, uma vez que parte da produção petrolífera passou a ser controlada por empresas chinesas e foi utilizada para quitar dívidas externas. Por outro lado, o Equador continuou importando produtos de maior valor agregado, como maquinários e tecnologias, o que ampliou o déficit comercial na relação bilateral, reforçando sua posição de dependência no sistema-mundo.

Embora houvesse melhorias pontuais em indicadores de produtividade e exportação de produtos de alta tecnologia, elas não foram suficientes para estabelecer um crescimento consistente e sustentável. O planejamento de Rafael Correa, que visava reduzir a dependência externa e promover o desenvolvimento interno, não conseguiu alcançar mudanças estruturais significativas na economia equatoriana. A distribuição do PIB continuou centrada no setor de energia, confirmando que o país permaneceu focado no extrativismo, com políticas econômicas voltadas às vantagens comparativas.

Além disso, o endividamento externo cresceu consideravelmente durante o governo de Rafael Correa, agravado pela dependência de capital externo para financiar projetos e sustentar o déficit na balança de pagamentos. Apesar da captação de recursos, o Equador apresentou déficits em sua conta corrente e nas contas de capital e financeira, levando à redução das reservas internacionais e perpetuando a necessidade de novos empréstimos.

No âmbito ambiental, o discurso de sustentabilidade do governo Correa foi contradito pelas ações realizadas. A exploração petrolífera em áreas de preservação, como o Parque Nacional Yasuní, teve impactos negativos em áreas ambientalmente sensíveis. O mesmo ocorreu com obras financiadas pela China, como as hidrelétricas Delsitanisagua, Minas San

Francisco, Mazar-Dudas, Quijos, Coca Codo Sinclair e a planta Paute-Sopladora, além da estrada Simón Bolívar.

A relação com a China demonstrou a permanência do Equador na periferia do sistema-mundo, além de evidenciar a posição periférica equatoriana e o posicionamento central da China nas próprias relações bilaterais. A entrada de empresas chinesas em setores estratégicos, especialmente o energético, representou uma barreira ao desenvolvimento de empresas nacionais, devido à competitividade dessas grandes corporações apoiadas pelo governo chinês. Isso refletiu o modelo de coordenação entre Estado e atores econômicos defendido pela teoria de Wallerstein, no qual o Estado atua para ampliar a monopolização e os lucros em nível internacional.

Os governos Correa promoveram avanços em áreas como educação, saúde e infraestrutura, resultando em indicadores positivos, como aumento do PIB, redução da inflação e queda do desemprego. No entanto, não desencadearam melhorias do posicionamento do país no sistema-mundo, pois o balanço geral, indicado pelas outras variáveis comerciais, principalmente, revela que o país não conseguiu romper com sua dependência estrutural, reforçando a divisão do trabalho no sistema-mundo.

Dessa forma, a geocultura foi reforçada no relacionamento com a China. Apesar de iniciativas como o aumento dos gastos públicos e o combate à desigualdade interna, o Equador permaneceu um exportador de matérias-primas dependente de capital externo. Conclui-se que os investimentos, os empréstimos chineses e as políticas econômicas focadas em comércio exterior e extrativismo reafirmaram a posição periférica do país, desenvolvendo práticas típicas da geocultura de agressão ao meio ambiente e foco em vantagens comparativas, destacando as limitações de um modelo de desenvolvimento que não conseguiu alterar as estruturas produtivas e promover maior autonomia econômica, gerando uma nova dependência, desta vez, em relação à China. O relacionamento financeiro entre Equador e China é compreensível do ponto de vista das necessidades econômicas equatorianas, no entanto, não esteve alinhado adequadamente ao discurso da Revolução Cidadã.

Este trabalho teve limitações para ser desenvolvido devido à limitação de dados e literatura. Destaca-se, como limitação principal, o acesso a mais trabalhos acerca dos modelos de contratos chineses, algo complexo devido à cláusula de confidencialidade presente neles. Ademais, o assunto acerca de novas possibilidades de crédito internacional ainda não é amplamente explorado. Indica-se, para pesquisas futuras, examinar a repercussão nacional da atuação da China no país por meio da análise do discurso dos principais jornais do Equador, e

com considerações que vão além do estruturalismo limitante, problemática frequente em outros estudos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. ¡La dolarización es una bomba de tiempo!. **Revista Interforum**, [*s. l.*], 2002. Disponível em: http://www.revistainterforum.com/espanol/pdfes/Dolarizacion_Ecuador_Aacosta.pdf. Acesso em: 5 nov. 2024.

AEI. WORLDWIDE Chinese Investments & Construction (2005-2024). **China Global Investment Tracker**. [*S. l.*], 2024. Disponível em: https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/. Acesso em: 5 nov. 2024.

Andes Petroleum Ecuador Ltd, 16 years in Ecuador. **China Daily**, 2022. Disponível em: https://global.chinadaily.com.cn/a/202202/18/WS620ef2caa310cdd39bc87689.html. Acesso em: 4 nov. 2024.

ANDRADE, Alejandra Espinosa. **Correa y la Revolucion Ciudadana**: Una mirada desde la periferia. Orientador: Jorge Leon. 2011. 131 p. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) - Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, Equador, 2011. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/3988. Acesso em: 25 abr. 2024.

ARAUJO, Rafael Pinheiro de. Discurso político e o socialismo do século XXI na América do Sul. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v. 8, n. 1, p. 25-55, 2015. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/233922958.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

ARIENTI, Wagner L; FILOMENO, Felipe A. **Economia política do moderno sistema mundial**:as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 99-126, julho de 2007.

ARTEAGA, Júlio César; CARDOSO, Mónica Liseth; DINIZ, Márcia Jucá T. Exports to China and economic growth in Latin America, unequal effects within the region. **International Economics**, [s. l.], v. 164, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.inteco.2020.06.003. Acesso em: 25 abr. 2024.

AYALA, Marcelo. O fim da Iniciativa Yasuní: vida e morte de um modelo de preservação no Equador. **Repórter Brasil**. [S. l.], 23 out. 2013. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/2013/10/o-fim-da-iniciativa-yasuni-vida-e-morte-de-um-modelo-de-preservacao-no-equador/. Acesso em: 9 nov. 2024.

Balance of Payments for Ecuador. **FRED**, 2024. Disponível em: https://fred.stlouisfed.org/series/ECUBCAGDPBP6. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. Crescimento do PIB (anual %) - Ecuador. **World Bank Open Data**, 2024a. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2017&locations=EC&start=2007. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. Current account balance (% of GDP) - Ecuador. **World Bank Open Data**, 2024b. Disponível em:

https://data.worldbank.org/indicator/BN.CAB.XOKA.GD.ZS?locations=EC. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. High-technology exports (% of manufactured exports) - Ecuador. **World Bank Open Data**, 2024c. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TECH.MF.ZS?end=2017&locations=EC&start=2008. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. PIB per capita (atual US$) - Ecuador. **World Bank Open Data**, 2024d. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD. Acesso em: 4 nov. 2024.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators: Foreign direct investment, net inflows(% of GDP). **DataBank**, 2024e. Disponível em: https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators. Acesso em: 4 nov. 2024.

Boston University Global Development Policy Center. China's Overseas Development Finance Database. **BU**, 2023. Disponível em: https://www.bu.edu/gdp/chinas-overseas-development-finance/. Acesso em: 4 nov. 2024.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. ISBN 85-7139-013-4.

CARRIEL, Gabriel Márquez et al. Bidependencia internacional en Ecuador: Estados Unidos y China. **Revista Científica ECOCIENCIA**, [s. l.], v. 9, n. 6, p. 1-19, dez. 2022. Disponível em: https://revistas.ecotec.edu.ec/index.php/ecociencia/article/view/747. Acesso em: 24 mar. 2023.

CARRIEL, Gabriel Márquez; CARRIEL, Fidel Márquez; ROMERO, Arnaldo Vergara. Relación entre la República Popular China y la República del Ecuador: una perspectiva desde la teoría de la dependencia. **Universidad y Sociedad**: Scientific magazine of the University of Cienfuegos, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 49-62, mar. 2023.

CDB provides $1 billion oil-backed loan to finance various infrastructure projects in Ecuador's national investment plan. **AidData**, 2023a. Disponível em: https://china.aiddata.org/projects/35865/. Acesso em: 4 nov. 2024.

CDB provides RMB 3.255 billion via Tranche B of oil-backed loan facility for specific infrastructure projects/programs. **AidData**, 2023b. Disponível em: https://china.aiddata.org/projects/58842/. Acesso em: 4 nov. 2024.

China Eximbank provides $1.68 billion buyer's credit loan for 1500MW Coca Codo Sinclair Hydroelectric Facility Project. **AidData**, 2023c. Disponível em:https://china.aiddata.org/projects/38935/. Acesso em: 11 nov. 2024.

Coca Codo Sinclair Hydroelectric Project. **Power Technology**, 2020. Disponível em: https://www.power-technology.com/projects/coca-codo-sinclair-hydroelectric-project/?cf-view. Acesso em: 4 nov. 2024.

COELHO, Jaime Cesar. A política de empréstimos do Fundo Monetário Internacional: soberania e hierarquia na economia política internacional. **Revista Tempo do Mundo**, Ipea, v. 4, n. 1, p. 181-202, abril 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Ecuador. Economic Survey of Latin America and the Caribbean: 2008-2009**, [s. l.], ed. 61, p. 135-140, nov. 2009.
COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Ecuador. Economic Survey of Latin America and the Caribbean: 2018**, [s. l.], ed. 70, out. 2018.

CORRÊA, Gabriela Tamiris Rosa. Centro, periferia ou semiperiferia nas cadeias globais de valor? As posições do Brasil e da China na economia-mundo contemporânea (2005-2015). **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 12, ed. 1, p. 61-90, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.36311/2237-7743.2023.v12n1.p61-90. Acesso em: 25 abr. 2024.

CORREA, Rafael. **Discurso de Posesión del Presidente de la República, economista Rafael Correa delgado en la Mitad del Mundo**. Quito, 15 jan. 2007. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/09/2007-01-15-Discurso-Posesi%25C3%25B3n-Presidencial-Mitad-del-Mundo.pdf&ved=2ahUKEwiLncfbkPOJAxWYGLkGHbVlDeYQFnoECBkQAQ&usg=AOvVaw32oNaU-WKqm5QIbPIbwwS7. Acesso em: 23 nov. 2024.

CORREA, Rafael. **Ecuador**: de Banana Republic a la No República. Bogotá: Nomos Impresores, dez. 2009. ISBN 978-958-8613-00-0.

CORREA, Rafael. **La crisis económica y el cambio progresista en América Latina**. Ecuador: Montevidéu, 1 mar. 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/06/2010-03-01-CONFERENCIA-EN-LA-UNIVERSIDAD-DE-MONTEVIDEO-F.doc&ved=2ahUKEwjE46Xjuc2JAxXlLrkGHeXgHJIQFnoECBoQAQ&usg=AOvVaw3N1bPTD9tbwHLZaVxqAuX4. Acesso em: 08 nov. 2024.

CUSTER, S. *et al*. Tracking Chinese Development Finance: An Application of AidData's TUFF 3.0 Methodology. **AidData at William & Mary**, Williamsburg, 2023. Disponível em:https://www.aiddata.org/data/aiddatas-global-chinese-development-finance-dataset-version-3-0. Acesso em: 5 nov. 2024.

DING, Ding *et al*. Chinese Investment in Latin America: Sectoral Complementarity and the Impact of China's Rebalancing. **IMF Working Paper**, [*s. l.*], v. 2021, n. 160, 7 jun. 2021. Disponível em: https://www.elibrary.imf.org/view/journals/001/2021/160/001.2021.issue-160-en.xml. Acesso em: 5 nov. 2024.

ECUADOR (ECU): Exports, Imports, and Trade Partners. **OEC**, 2022a. Disponível em: https://oec.world/en/profile/country/ecu?yearSelector1=2017. Acesso em: 25 abr. 2024.

ECUADOR (ECU): Exports, Imports and Trade Partners. **OEC**, 2022b. Disponível em: https://oec.world/en/profile/country/ecu?yearSelector1=2007. Acesso em: 5 nov. 2024.

EQUADOR. Ministério da Economia e Finanças. Subsecretaria de Financiamento Público. **Deuda pública del sector público del Ecuador al 31 de mayo de 2017**. Boletines de deuda pública, [s. l.], 31 maio 2017.

ESTRELLA, Hugo Jácome. La política económica del gobierno de Rafael Correa. **La Tendencia**: revista de análisis político, Quito, p. 50-55, 6 nov. 2007. Disponível em: https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/4828. Acesso em: 21 nov. 2024.

GELPERN, Anna *et al*. How China Lends: A Rare Look into 100 Debt Contracts with Foreign Governments. **CGD Working Papers**, [s. l.], p. 1-85, mar. 2021.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. ISBN 978-85-7025-947-9.

HEILMAN, Sebastian; MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES. **China's Political System**. [S. l.]: Rowman & Littlefield, 2017. 543 p. ISBN 978-1-4422-7735-9.

HERRERA, Milton Reyes; LEE, Po Chun. La relación China-Ecuador en el siglo XXI: elementos relevantes para la discusión. **WORKING PAPERS**, Quito, p. 1-48, set. 2017. Disponível em: https://editorial.iaen.edu.ec/la-relacion-china-ecuador-en-el-siglo-xxi-elementos-relevantes-para-la-discusion/. Acesso em: 25 mar. 2023.

History of Lending Commitments: Ecuador. **FMI**, 2020. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/fin/tad/extarr2.aspx?memberKey1=270&date1key=2020-01-31>. Acesso em: 4 nov. 2024.

ICBC contributes to $970 million syndicated loan to Petroecuador. **AidData**, 2023d. Disponível em: https://china.aiddata.org/projects/52623/. Acesso em: 4 nov. 2024.

THE DIALOGUE; BOSTON UNIVERSITY GLOBAL DEVELOPMENT POLICY CENTER. Chinese Loans to Latin America and the Caribbean Database. *In*: INTER-AMERICAN DIALOGUE. **China-Latin America Finance Databases**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/. Acesso em: 11 nov. 2024.

JENKINS, R. Latin America and China—a new dependency? **Third World Quarterly**, v.5, ed.1, p. 1337-1358, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1080/01436597.2012.691834. Acesso em: 25 abr.2024.

LANTEIGNE, Marc. **Chinese Foreign Policy**: An Introduction. 4 ed. [*S. l.*]: Routledge, 2020. 256 p. ISBN 978-1-138-34539-3.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, a Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando, 2011. ISBN 978-7713-130-0.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Notas sobre o conceito de geocultura. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 396, ago. 2020. Disponível em:

https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD396.pdf. Acesso em: 4 nov. 2024.

MARTINS, Aline Regina Alves *et al*. A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, n. 83, p. 111-143, 2011. DOI https://doi.org/10.1590/S0102-64452011000200005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/QwBSP5snq7Vyz6z7jSXxfDF/. Acesso em: 4 nov. 2024.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social:** revista-red de estudios sociales, [*s. l.*], v. 5, ed. 1, p.95-108, 2015. Disponível em: http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/. Acesso em: 25 abr. 2024.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, p. 39-46, jun. 2010. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13407. Acesso em: 24 nov. 2024.

MENON, Gustavo; IGLECIAS, Wagner T. ¿Consenso de Washington o Consenso de Beijing? Dilemas y contradicciones del Ecuador en el siglo XXI. **América Latina en la Historia Económica**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 1-18, 2022. DOI 10.18232/20073496.1305. Disponível em: http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/1305. Acesso em: 27 mar. 2023.

MEYER, Arno. As Negociações da dívida externa brasileira no âmbito do Clube de Paris. **Planejamento e Políticas Públicas**, São Paulo, n. 6, 6 dez. 1991. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14848. Acesso em: 25 nov. 2024.

NAUGHTON, Barry. **The chinese economy**: transitions and growth. Massachusetts: The MIT Press, 2007. 545 p. ISBN 0-262-14095-0. Disponível em: https://valeriaribeiroufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/07/barry-naughton-the-chinese-economy-transitions-and-growth.pdf. Acesso em: 29 nov. 2024.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. ISBN 85-352-1687-1.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Extractive Imperialism in the Americas**: Capitalism's New Frontier. Boston: Brill, 2014. v. 70. ISBN 978-90-04-26886-9.

Prices, Production and Labor selected indicators. **IMF Data**, 2024. Disponível em: https://data.imf.org/regular.aspx?key=61545849. Acesso em: 4 nov. 2024.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Documento sobre la politica de China hacia America Latina y el Caribe**. Beijing, 2008.

ROMMINGER, Alfredo Eric. **O Banco Mundial e o Desenvolvimento Sustentável: a ação do Banco Mundial no financiamento do setor energético**. 1. ed. Brasília: [*s. n.*], 2004.

RUBERT, Mark. Marxism. *In*: GRIFFITHS, Martin. **International Relations Theory for the Twenty-First Century**: An introduction. Nova York: Routledge, 2007, p. 35-46. ISBN 0-203-93903-4**.**

SALGADO, Diana Castro. Condiciones, no concesiones: Cooperación económico-financiera China-Ecuador. **Comentario Internacional**: Revista del Centro Andino de Estudios Internacionales, Quito, n. 14, 2014.

SILVA, G. P. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018.
The Stand-by Arrangement (SBA). **FMI**, 2023. Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/Stand-By-Arrangement-SBA>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, M. G.; FLORES, F. D. Doença holandesa e fluxos de capitais financeiros: uma proposta teórica. *In*: **IV Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia e Desenvolvimento (SJPE&D)**, 2016, Santa Maria. Anais so SJPE&D., 2016. v. 3.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolitics and geoculture**: Essays on the changing world-system. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1991. ISBN 0-521-40454-1.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I**: capitalist agriculture and the origins of the European World- Economy in the sixteenth century. Nova York: Academic Press Inc, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-system analysis:** an introduction. Duke University Press, (4ª ed) 2006.

ZAPATA, Ximene; CASTRO, Diana; BENZI, Daniele. Las relaciones sino-ecuatorianas en la época de la "revolución ciudadana". **Working Paper Series**: REDCAEM, [s. l.], n. 5, jul. 2018.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Av. Universitária, 1069 I Setor Universitário
Caixa Postal 86 I CEP 74605-010
Goiânia I Goiás I Brasil
Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 I 0
www.pucgoias.edu.br I prograd@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n˚038/2020 – CEPE

ANEXO I
APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Matheus Almeida de Souza Cunha do Curso de Relações Internacionais matrícula: 20211004300030, telefone: (62)996715118, e-mail:mathalmeidacunha@gmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado "Revolução Cidadã e relações sino-equatorianas: entre promessas de desenvolvimento e riscos de dependência (2007-2017)", gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 12 de dezembro de 2024.

Assinatura do(s) autor(es): _____

Nome completo do(s) autor(es): Matheus Almeida de Souza Cunha

Assinatura do professor orientador: _____

Nome completo do professor orientador: Giovanni Hideki Chinaglia Okado